



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0906/08	DATA: 17/06/2008
INÍCIO: 11h02min	TÉRMINO: 14h15min	DURAÇÃO: 3h13min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h12min	PÁGINAS: 71	QUARTOS: 39

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

EZEQUIEL SOUZA DO NASCIMENTO - Secretário de Políticas Públicas.
MARIA CLÁUDIA CABRAL - Assessora Especial da Secretaria Executiva do Ministério da Cultura.
GERÊNCIO NELCYR DE BEM - Gerente de Projetos do Ministério do Esporte.
JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Ex-Diretor do Centro de Detenção Provisória de Osasco.

SUMÁRIO: Debate sobre projetos e investimentos do Governo Federal no sistema carcerário.
Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

O início da reunião não foi gravado.
Houve exibição de imagens.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há termos ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - *(Início não gravado.)*
...realidade do sistema carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram pena, a violência dentro das instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios, e buscar solução para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais.

Na Ordem do Dia, hoje, temos o convite ao Ministério do Trabalho, Ministério da Cultura e Ministério do Esporte.

Convidamos para que se sentem aqui, à nossa frente, o Dr. Ezequiel Souza do Nascimento, Secretário de Políticas Públicas, representando aqui o Ministério do Trabalho. Convidamos também a Dra. Maria Cláudia Cabral, Assessora Especial da Secretaria Executiva do Ministério da Cultura. E convidamos também o Dr. Gerêncio Nelcyr de Bem, Gerente de Projetos do Ministério do Esporte.

Vamos debater hoje acerca de projetos e investimentos do Governo Federal no sistema carcerário.

A CPI do Sistema Carcerário foi criada no dia 23/8/2007 com o propósito de munir o País de um conjunto de normas que contribuam para solucionar os graves problemas carcerários, desde a sua estrutura física até as precárias condições de ressocialização dos presos.

O Brasil tem hoje em torno de 420 mil presos, o que representa 0,23% da população total do País. É a quinta população carcerária do mundo. Além disso, faltam cerca de 220 mil vagas para acomodar condenados e cerca de 400 mil mandados de prisão para serem cumpridos. Ou seja, 0,58% da população deveria estar nos presídios. Os Estados Unidos, que têm uma população de 250 milhões de habitantes, têm 2,5 milhões de presos, ou seja, 1% da população.

O Fundo Penitenciário Nacional — FUNPEN precisaria, neste momento, em torno de 6 bilhões de reais para abrigar adequadamente todos os nossos presos. Atualmente, as verbas do FUNPEN estão sujeitas a contingenciamento, e o orçamento do Fundo, no ano de 2007, foi de 211 milhões, mas apenas 15% desse valor foram empenhados.

O número de presos do País saltou de 148,7 mil presos, em 1995, para 420 mil, em junho de 2007. No mesmo período, a relação entre presos e habitantes



passou de 95 para cada 100 mil para 223 para cada 100 mil. Cada preso custa hoje em torno de 1,5 mil reais por mês. A aplicação de penas alternativas poderia diminuir esse número. Conforme dados do DEPEN, divulgados desde a criação do Fundo, em 94, 216 milhões foram bloqueados. Investimento de 1,3 bilhão foi feito principalmente na construção de novos presídios.

A construção de 130 presídios talvez fosse uma solução para resolver minimamente o déficit de vagas no sistema carcerário do País. Investimentos privados poderiam compensar a falta de recursos para a construção de novos presídios. Entretanto, há de haver cuidados, pois a terceirização poderá beneficiar apenas as empresas e pode significar a instalação de um novo cartel no País.

O País possui uma lei adequada, mas que não é cumprida. Se fosse cumprida a Lei de Execução Penal, que está há 23 anos, não haveria a necessidade de produzir novas leis. Portanto, o maior desafio do País é cumprir também a legislação existente.

A CPI deve sugerir mudanças no Fundo Penitenciário e nos programas de ressocialização dos presos.

E aí temos aqui um relato de que, em São Paulo, 80% dos presos não trabalham, 10% apenas estudam. A violência no País, no Brasil, que não tem pena de morte: 800 pessoas morreram nos presídios, de janeiro de 2006 a junho de 2007; 1.800 condenados morreram dentro dos presídios, 50 dessas mortes apenas aconteceram no Espírito Santo.

Quanto à juventude, 90% do nosso orçamento destinado à recuperação de jovens vão para a construção de novas unidades de internação e manutenção e conservação das já existentes. O sistema brasileiro de internação de jovens apresenta problemas similares aos dos presídios de adultos, com superlotação, violência e custo elevado.

Hoje, no Brasil, há um déficit em torno de 3.400 vagas nessas instituições, principalmente nos Estados de Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. São Paulo concentra o maior número de jovens internos, cerca de 6.500 jovens. Foram identificados, ano passado, 685 adolescentes cumprindo pena em cadeias de adultos, principalmente em Minas Gerais e no Paraná.



De acordo com dados da CPI, 90% dos jovens internos não concluíram o ensino fundamental e 6% são totalmente analfabetos.

Existem hoje segundo o Departamento Penitenciário Nacional cerca de 26 mil mulheres presas no País, ou seja, 6% da população carcerária. Elas têm uma idade em torno de 20 a 35 anos, são chefes de família, têm mais de 2 filhos, baixa escolaridade e cometeram delitos menores e ocupam posição de menor prestígio social.

Os Deputados da CPI já pediram que, nos projetos de novos presídios, sejam incluídos espaços para gestantes, como creches e berçário.

O programa do Ministério da Saúde atinge somente 20% dos presos. Há um estado de calamidade em todas as penitenciárias do País. A Comissão identificou uma série de arbitrariedades nas cadeias. Além de superpopulação, os presos são submetidos a refeições inapropriadas, falta de higiene e, em casos extremos, à convivência com porcos.

Oitenta e seis por cento dos presos que saem das cadeias voltam para a prisão. O que impede a ressocialização desses presos é justamente a condição em que vivem e como são tratados. Gastamos bilhões em prazos não cumpridos de penas e também são gastos milhões com arquitetura inadequada e infra-estrutura precária.

Bom, e aí vai o relato do Amazonas, que tem uma cadeia mista, onde as mulheres estão separadas por falta de funcionários, e os presos ficam com as chaves.

Em Minas Gerais, num dos presídios, que está entre os piores já visitados pela Comissão, usa-se creolina para curar as coceiras dos presos. Lá, em Minas Gerais, 25 mortos em incêndio. Em cadeia que era para 70, encontramos mais de 200 presos. O Relator, inclusive, pediu a desativação da cadeia pública. Facilidade extrema da entrada de drogas e armas. Em Minas Gerais, uma cadeia que tinha 14 menores e 16 mulheres dentro da cadeia masculina. Ficavam em setores separados, mas a porta estava aberta, o que facilitava a ida e vinda de homens. Há suspeita de que os funcionários ganhavam dinheiro com isso. Em Contagem, 125 presos dividem 3 celas, revezando até para sentar-se.



No Distrito Federal, o presídio da Papuda é modelo para as outras penitenciárias no que se refere à organização, à estrutura e à alimentação de detentos. Entretanto, apenas 40% dos internos trabalham ou estudam e há apenas 4 defensores públicos para atender a 7.682 presos.

No Entorno do Distrito Federal, a cadeia de Formosa deveria ser desativada imediatamente por ter instalações precárias, insalubres e por não oferecer segurança. Há gente pagando pena que deveria estar na penitenciária em vez de na cadeia pública. Situação semelhante foi verificada em Planaltina, Goiás, onde a CPI encontrou mulheres nos mesmos pavilhões dos homens. Na cidades de Goiânia, de Luziânia e de Valparaíso, em péssimas condições.

São Paulo, presídio de segurança máxima bom. Presidente Venceslau, na região de Sorocaba, abriga detentos de maior periculosidade etc. etc.

E aí nós vamos passando por todo o País. É um sistema caótico tudo isso.

Nós vamos passar um vídeo agora de 10 minutos, para que os nossos convidados assistam um pouquinho do que nós, nas visitas, fizemos. Depois, então, nós vamos conversar.

(Segue-se exibição de imagens.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Bom, esse foi um pequeno vídeo. Nós vamos ter um vídeo — estamos produzindo — que vai ter de 40 a 50 minutos.

É uma pena que o vídeo, ainda hoje, pela tecnologia, não possa ter odor, porque, aí, nós poderíamos transmitir para os senhores qual a sensação do cheiro das cadeias, do cheiro dos presídios. Isso fica impregnado na nossa narina por vários dias.

Eu vou passar a palavra para o Relator, o Deputado Domingos Dutra, e, depois, vamos ouvir os nossos convidados.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Bom dia a todos e a todas.

Saúdo aqui o nosso Presidente Luiz Carlos Busato, e os demais Deputados e Deputadas presentes; agradeço o Dr. Ezequiel Souza do Nascimento, representando o Ministro Carlos Lupi; a Dra. Maria Cláudia Cabral, representando o Ministro da Cultura, e o Dr. Gerêncio Nelcy, representando o Ministro dos Esportes.



Eu só queria, Sr. Presidente, fazer um registro e lamentar profundamente que nenhum dos Ministros titulares tenha podido vir aqui à Comissão. Esta é a penúltima audiência da Comissão. Amanhã, se também não houver nenhum imprevisto, nós faremos a última audiência com o Ministro Tasso Genro. E também convidamos o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, para estar conosco. O Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, encaminhou um expediente justificando que, neste momento, tem uma audiência com o Presidente Lula.

Mas eu queria apenas lamentar a ausência — sem nenhum tipo de depreciação aos substitutos —, porque a presença de Ministros, de autoridades dos escalões superiores neste tema, eu considero da maior importância, porque esse caos exibido nesses 10 minutos tem muitas causas. Mas uma das causas é justamente a indiferença das autoridades públicas com a sua população carcerária.

Essa indiferença é decorrente da falta de conhecimento da população carcerária, porque a grande maioria daqueles que têm responsabilidade pelo sistema, que estão bem próximos, não visita os estabelecimentos. Na medida em que não se conhece, nós não nos sensibilizamos. E, não havendo sensibilidade, não há alternativas para esse inferno, que nós constatamos com filmagens e com fotografias.

Portanto, eu só quero lamentar. Eu acho que todos os titulares devem ter motivos bastante justos, mas eu quero aqui deixar este registro: espero que tenha sido simplesmente uma infeliz coincidência de agendas, porque, do contrário, vai passar a convicção de que ninguém quer colar a cara no preso, todo mundo quer distância de preso, porque preso fede.

Como V.Exa. disse, lamentavelmente, o filme e as imagens que a TV, que a mídia tem passado no Brasil todos os dias, não conseguem passar o cheiro da cadeia. Eu acho que na hora em que as autoridades tiverem a coragem de ir à porta da cela para sentirem o cheiro do preso, aí, talvez, a sensibilidade aflore, porque não é um bom cheiro. É um mau cheiro. E, às vezes, as pessoas não querem sujar o seu paletó importado da Itália, ou não querem perder o cheiro do perfume francês, comprado a um bom valor. Então, não querem chegar perto de preso.

Quero, mais uma vez, ratificar aqui: esta CPI não se destinou e não se destina a dar nenhum privilégio para presos. Nós queremos simplesmente que as



leis brasileiras e os tratados internacionais sejam respeitados, compreendendo que esta CPI é, sobretudo, para quem está solto, para nós, as chamadas pessoas da sociedade boa. Porque se não cuidarem dos presos, nós não teremos paz, porque todos os dias o Estado bota nas ruas verdadeiras feras humanas, que não tiveram direito ao trabalho, não tiveram direito ao estudo, saíram mais velhos, barbarizados, revoltados, sem nenhuma oportunidade nesse mercado cada vez mais exigente.

Portanto, é uma CPI da sociedade brasileira, e eu queria fazer esse registro.

Espero que os nossos convidados possam nos apresentar aqui sugestões, porque o Ministério do Trabalho tem um papel decisivo. Oitenta por cento dos presos não trabalham, e os 20% que trabalham, trabalham fazendo bola, fazendo artesanato ou, então, trabalhando, sem ganhar um tostão, nos estabelecimentos. Do mesmo jeito, o Ministério dos Esportes também tem um papel muito importante não só na produção de produtos, mas também no esporte enquanto atividade necessária para o ser humano. E, mais ainda, o Ministério da Cultura, não só oferecendo cultura para quem está preso, mas também porque temos a intenção de pescar talentos que estão atrás das grades — na fotografia, na música, no teatro, no cinema, porque a grande maioria dos presos é recuperável. Mais de 50% dos que estão presos praticaram crimes contra o patrimônio, pequenos furtos.

Aqui em Luziânia, sexta-feira, encontrei uma senhora presa porque roubou um radinho de pilha do Paraguai. O dono do rádio não queria que ela fosse presa, mas a polícia prendeu. Resultado: por 75 reais, nós estamos pagando 1.500 reais por mês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Fabricando bandido.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Fabricando bandido.

Portanto, encontramos pessoas que foram presas por 2 latas de leite. Então, é uma incompreensão botar uma pessoa presa por roubo de 2 latas de leite, sem violência, dentro do estabelecimento, valendo 10 reais, e cada um de nós pagando por mês 1.500 reais. É uma insensatez.

Portanto, eu queria agradecer a todos.

Espero que haja sugestões aqui de tal forma que nós incorporemos ao nosso relatório para, quinta-feira, disponibilizarmos a todos os Deputados.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Nós temos de ter consciência de que o preso, o nosso presidiário... No Brasil, nós não temos nem pena de morte e nem prisão perpétua. Portanto, todos esses presos que lá estão, um dia, vão sair da cadeia. E essa senhora, que foi presa por causa de um radinho de pilha paraguaio, enfim, comprado no contrabando, provavelmente, vai sair de lá com outro espírito e outra mentalidade, porque ela entrou na escola do crime. E lá ela vai aprender não só a roubar radinho de pilha, vai aprender outras coisas: vai aprender o tráfico, vai aprender outras coisas.

Então, nós temos de ter essa consciência.

E esse preso que não tem prisão perpétua, que não tem pena de morte, um dia, vai estar na rua, e nós vamos encontrar com ele. Então, essas pessoas que usam perfume francês, que usam roupa italiana, que não querem ir lá dentro sentir o cheiro, uma dia, vão estar na frente de um preso, ou um filho deles, uma filha, e, aí, vão se lamentar por não ter tomado uma atitude.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, só para encerrar.

Eu peguei uma frase, na Bahia, que eu adaptei, que vai estar no relatório, porque chama atenção para cuidar do preso, que é a seguinte: *“Você deve cuidar do preso, porque hoje ele está contido, mas amanhã ele estará contigo”*.

Então, essa frase, eu acho, representa muito bem a responsabilidade de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Muito bem.

Então, nós vamos convidar, primeiramente, o Dr. Ezequiel Souza do Nascimento, Secretário de Polícias Públicas do Ministério do Trabalho, para nos relatar e nos dar, assim, alguma luz no fim do túnel...

O SR. EZEQUIEL SOUZA DO NASCIMENTO - Não é nada pequena a responsabilidade, viu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Nós estamos apenas dando uma mensagem, para que o senhor leve ao Ministro, da calamidade que nós temos. O senhor vai levar um CD nosso aqui, com esse filme que nós estamos produzindo e o relatório, o Ministro vai receber.

Então, nós queremos ouvir do Ministério do Trabalho quais são os planos, quais são os projetos, o que nós temos em vista nessa perspectiva.



O SR. EZEQUIEL SOUZA DO NASCIMENTO - Bom dia a cada uma e a cada um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Nós vamos lhe dar 15 minutos, está bem?

O SR. EZEQUIEL SOUZA DO NASCIMENTO - Pois não, Deputado. Muito obrigado. Está de bom tamanho.

Como o Deputado Domingos Dutra falou, o Ministro foi convocado para uma reunião com o Presidente da República e, por essa razão, não pôde vir. Estaria, inclusive, disposto a vir num outro momento, não teria problema nenhum, mas acaba de sair de uma agenda internacional e foi convocado aí pelo Presidente da República. E, a essas convocações, é complicado não ir, não é?

Depois, quero parabenizar esta Casa pelo excelente trabalho que esta CPI vem fazendo, mostrando uma face tão dramática da vida brasileira. E, como falou o Deputado Luiz Carlos Busato, ela não é um assunto de presidiário, ela é um assunto da sociedade brasileira, especialmente através dos seus representantes, seja no Poder Legislativo, seja nos demais Poderes.

O Ministro me pediu para vir, porque a minha Secretaria, Deputado Luiz Carlos Busato, é a Secretaria Especial que, entre outras coisas, além de seguro-desemprego e abono salarial, é também responsável pela qualificação profissional. E nós, lá no Ministério, estamos já com alguns projetos, alguns já em andamento... Por exemplo, nos últimos anos, nós qualificamos 5.124 detentos e um número maior de egressos do sistema penal, nas mais diversas profissões. Nós passamos recursos para os Estados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - O senhor falou 5.124 nos últimos anos. Em quanto tempo, mais ou menos?

O SR. EZEQUIEL SOUZA DO NASCIMENTO - Pouco tempo... É muito pouco em relação ao que efetivamente necessita. (*Pausa*) Está aqui, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Mas esse número é de 1 ano, 2 anos...?

O SR. EZEQUIEL SOUZA DO NASCIMENTO - Não. É de 3 anos, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Três anos?



O SR. EZEQUIEL SOUZA DO NASCIMENTO - Três anos, dos últimos 3 anos.

E nós descobrimos também que falta uma metodologia para isso. Então, nós estamos preparando também uma metodologia de qualificação profissional, porque esse é um tipo de qualificando especial. Não dá para tratá-lo como nós fazemos com, por exemplo, o PROJOVEM, que são os jovens mesmo em situação de risco, mas são jovens que estão em liberdade.

Então, ainda este ano, o Ministério provavelmente desenvolva uma metodologia, um programa especial de qualificação profissional, para implantá-la, seja curso a distância, que certamente nós vamos ter de desenvolver, sejam cursos presenciais. E essa, efetivamente, é talvez uma das formas mais importantes que nós encontramos, como política pública, para reinserir esse cidadão na sociedade, porque ele será reinserido na sociedade com a carteira assinada.

No ano passado — e eu falo isso para dizer da dificuldade do Governo Federal, dos limites que o Governo Federal possui em relação a isso, porque a questão da qualificação profissional não é apenas um problema de quem está preso. Ela é, hoje, um problema da sociedade brasileira como um todo. No ano passado, no nosso Sistema Nacional de Emprego, o SINE, nós conseguimos captar 2 milhões e 64 mil vagas de trabalho em postos de trabalho captados na rede. E só conseguimos inserir, Deputado, 980 mil nesses postos oferecidos pelo setor, pelas empresas. Ou seja, a questão da qualificação profissional aqui fora já é um problema imenso. Para esse cidadão encarcerado, é um problema ainda muito maior.

O Governo Federal pretende este ano ainda, através do Ministério do Trabalho, qualificar 250 mil jovens de 18 a 29 anos, também com metas de inserção, e 200 mil trabalhadores beneficiários do Bolsa-Família. Eu estou falando de quem está do lado de cá. A idéia era também criar metodologias, à medida que vamos avançando na qualificação seja do apenado, seja do egresso do sistema penal.

Em algo como 20 Estados, nós qualificamos esses 5.124 presos nas mais diversas profissões: bombeiro hidráulico, eletricista predial, cabeleireiro, corte e costura, serigrafia, associativismo. Mas nós percebemos que ainda não há um método unificado, e não tem sido fácil também para nós construirmos isso aí.



Estamos construindo convênios com universidades e, muito provavelmente, ainda este ano, o Ministério do Trabalho, nesse tema, terá... Já que o Deputado falou aqui de luz no fim do túnel, pelo menos nesse aspecto alguma luz no fim do túnel o Ministério deve produzir para, no ano que vem — e, aí, nós vamos pedir ajuda aqui desta Casa novamente, como sempre fazemos, especialmente na questão orçamentária, para ver se ano que vem conseguimos uma intervenção maior, um número maior... A quantidade de presos é grande demais para nós acharmos que, a cada 3 anos, 5 mil, 4 mil, 6 mil alunos consigam dar conta de uma tarefa tão grandiosa como essa que está aí.

Mas, usando mecanismos que a própria tecnologia nos oferece, uma das possibilidades é nós também utilizarmos a metodologia de formação a distância, pelo menos para alguns desses cursos. Certamente, isso não será aplicável a todos os cursos, talvez não consigamos fazer isso em relação à maioria dos cursos, mas, certamente, em relação a um número razoável e numa escala também muito maior, que é o nosso objetivo, mantida essa qualidade.

Então, Deputado, eu acho que talvez não precisemos nem usar os 15 minutos. É apenas para dizer que, desses cursos que nós fizemos com em torno de 200, 240 horas, outros com 120 horas de carga horária média — cursos de formação —, a maioria desses cursos para os egressos do sistema... Eles têm uma meta de inserção no mercado de trabalho — a entidade ou a Secretaria. Aqui, no Distrito Federal, nós estamos fazendo um convênio com a Secretaria de Segurança Pública para qualificar, através de uma fundação do próprio Governo, os encarcerados. E em todos eles, especialmente aqueles que estão saindo do sistema, há uma meta de 30% de inserção no mercado de trabalho, obrigatória. Então, essa meta, especialmente para quem está saindo, é uma meta obrigatória a ser cumprida. Então, eu tenho a impressão de que o Ministério do Trabalho, talvez no final do ano, início do ano que vem, já terá construído essa metodologia, que talvez seja a missão mais importante que temos neste momento, Deputado.

Acho que era isso o que nós poderíamos... Eu sei que talvez frustrar não apresentarmos ainda uma luz no fim do túnel, mas pelo menos uma política pública que se avizinha e já foi testada. E, onde foi testada, ela foi efetivamente aprovada. E — quem sabe? — já no início do ano, a gente consiga orçamento também para



executá-la numa escala muito maior e até mais próxima da necessidade que o sistema carcerário exige de toda a sociedade brasileira.

Eu acho que era isso, Deputado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Obrigado, Dr. Ezequiel.

Nós vamos ouvir todos os convidados e, depois, vamos abrir espaço para perguntas.

Dra. Maria Cláudia Cabral, do Ministério da Cultura, Assessora Especial da Secretaria Executiva do Ministério, tem a palavra.

A SRA. MARIA CLÁUDIA CABRAL - Bom dia a todos e a todas; bom dia especialmente ao Sr. Presidente, Exmo. Sr. Deputado Luiz Carlos Busato; ao Exmo. Sr. Deputado Domingos Dutra, Relator da CPI do Sistema Carcerário, antes de mais nada, eu gostaria de parabenizar esta Casa pela iniciativa de fazer esse levantamento profundo, essa pesquisa dedicada ao sistema carcerário. Lamento a ausência do Ministro Gilberto Gil, que está licenciado no momento e, portanto, não pôde vir, e quero dizer da enorme responsabilidade que é representar um Ministro como Gilberto Gil.

Assim como o Secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho, eu fui designada para essa missão difícil por ter já uma vivência da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça.

O meu papel no Ministério da Cultura é fazer articulação e integração de ações entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Justiça, o que demonstra que o Governo tem uma preocupação de integrar ações de cidadania com ações de segurança pública. Não é suficiente, nós sabemos. Ainda há um longo caminho a ser percorrido, mas estou certa de que estamos dando os primeiros e mais importantes passos.

Gostaria de fazer uma reflexão antes de entrar no que preparei para este dia, a respeito do preparo do preso para o trabalho. Acho fundamental a política que vem sendo desenvolvida no Ministério do Trabalho, de preparo do preso para o trabalho, mas fico me perguntando e refletindo sobre se antes não é necessário preparar a sociedade para o egresso, porque adianta pouco ele estar preparado para o trabalho se a sociedade, se as empresas, se os próprios órgãos públicos não estiverem



abertos a receber esse egresso e reinseri-lo efetivamente na sociedade. O lugar de onde eu faço essa reflexão é de alguém que trabalhou com um programa de reinserção laboral de egressos no Ministério da Justiça — e, mais adiante, vou falar sobre isso.

Preparei um pequeno texto, Sr. Presidente, se me permite, para guiar um pouco as reflexões e, de alguma forma, fugir de trazer ponderações pessoais e garantir fidelidade às posições do órgão que eu represento.

Primeiro, uma citação: *“Damiens fora condenado, a 2 de março de 1757, a pedir perdão publicamente diante da porta principal da Igreja de Paris, onde devia ser levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera acesa de suas libras. Em seguida, na dita carroça, na Praça de Grève, e sobre um patíbulo que aí será erguido, atenazado nos mamilos, braços, coxas e barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimada com fogo de enxofre, e às partes em que será atenazado se aplicarão chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seu membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos a cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento”*. Não é nenhum poema. É Foucault, *Vigiar e Punir*, 1975.

De 1757 para cá muita coisa mudou, e quase nada mudou, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. Muitas são as teorias que tratam do tema do sistema carcerário, assim como muitas são as contradições. Exemplo disso é a nossa própria Constituição, que, ao mesmo tempo em que amplia o rol de direitos individuais, positiva princípios como o da dignidade da pessoa humana por um lado, em diálogo coerente com Estado Democrático de Direito; por outro, cria figuras tautológicas, como a do crime hediondo. Na esteira de atender ao clamor sôfrego por vingança social, acirrado e estimulado muitas vezes pela mídia, faz de nossos dias mais próximos da sentença de Damiens do que podemos supor. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas estiveram nos estabelecimentos carcerários — acabamos de ver isso — e sabem do que estamos falando. Pelo menos 30 pessoas numa cela apertada, dormindo de pé, revezando o espaço para dormir nos colocaria uma reflexão: é ou não é tão cruel quanto às cenas descritas no texto de Foucault? A grande diferença dos dias atuais é que a sociedade quer justiça e confunde justiça



com vingança. Mais penas, penas mais severas é o clamor, e nossos presídios vão inchando. Não há recursos públicos, senhores, que dê conta de uma população carcerária que só cresce.

Segundo dados do Ministério da Justiça, a população carcerária hoje é de cerca de 420 mil pessoas, com uma projeção para até o final do ano chegar a 450 mil pessoas. Essa população cresce. E por quê? Porque vimos criminalizando mais condutas, vimos endurecendo penas, vimos investindo bastante em capacitação policial, em equipamentos, ampliação dos quadros de segurança pública, o que é ótima, e nada ou muito pouco no sistema prisional. Insuficientes investimentos em educação, esporte, cultura e trabalho para a população carcerária. Investimento praticamente zero em reinserção social de egressos do cárcere. Há extremas resistências por parte de Governos Estaduais e Municipais com o tema carcerário. E isso precisa ser dito, senhores e senhoras.

Por isso, entre outras razões, os presídios são depósitos fétidos — me desculpem a crueza do termo — de animais imundos — me desculpem novamente —, homens e mulheres. Isso é o que o Estado brasileiro entende por justiça? Há possibilidade de reinserção social nesse cenário?

O Ministério da Cultura não é insensível ao tema e acredita que não. Acredita mais: o sistema penal, ao impor uma pena de reclusão, está cerceando diversas liberdades, notadamente a liberdade de ir e vir daquele que desafiou o sistema, realizando uma conduta típica e antijurídica, e isso está correto. Mas não significa que possa cercear — e cerceia — um conjunto de outros direitos, chamados direitos humanos. Inclusive, no nosso entender especialmente, o direito de expressão. A população carcerária tem cultura própria, tem sistema de regras e normas de condutas próprios, muitas vezes até mais rígidos do que aquelas levadas a cabo pelo Estado. Que cultura é essa? Que formas de expressão têm os encarcerados e encarceradas brasileiras? A sociedade, assim como o Estado, não conhece. Dar voz a essa população é talvez uma das formas de resgatar-lhes o sentido de humanidade que lhes é arrancado quando são depositados nesses nossos presídios superlotados, mas não apenas dar voz ao tirar a liberdade de ir e vir. É importante manter a liberdade de sonhar. A pessoa que não sonha perde a sensibilidade, perde o seu vínculo com a humanidade. A população carcerária, mesmo sem condições,



produz arte, haja vista a recente exposição feita nos escombros do Carandiru, com portas remanescentes daquela construção. Ali se podiam ver colagens, poemas, textos, expressões de vida e sentimento.

Há cerca de 3 anos, o Departamento Penitenciário promoveu uma exposição no Salão Negro do Ministério da Justiça com textos e poemas de mulheres privadas de liberdade. Eram textos emocionantes. Há várias experiências de teatro, grupos de teatro compostos por pessoas privadas de liberdade. Na Papuda, há alguns anos, havia — confesso que não sei se ainda se mantém o grupo de teatro da Papuda... Essas são formas de expressar, de dizer das dores, dos amores, dos rancores. São formas de expurgar a raiva muitas vezes sentida diante das profundas desigualdades do País.

Acreditando nessas premissas, o Ministério da Cultura, em parceria com o Ministério da Justiça, vem analisando alternativas para resgatar a auto-estima dessas pessoas, devolver a liberdade de expressão arrancada pela dura realidade dos presídios e devolver o mais importante: o direito de sonhar e, portanto, o sentido de humanidade. Sabemos que não é fácil, sobretudo diante de quadros tão crus e tão duros como acabamos de ver. Mas sabemos que é necessário para isso uma atuação integral e integrada dos diversos setores do Governo, mas não só do Governo do Estado, dos diversos Poderes. Legislativo tem de estar junto, o Judiciário tem de estar sensível.

Serão desenvolvidas, nesse sentido, inicialmente, ações de pontos de leitura em presídios de forma ainda experimental, porque o Ministério defende que os livros são janelas para o mundo, são portas abertas para o sonho, para o lúdico, para novas e fantásticas experiências sensoriais. Eles são capazes de trazer luz à escuridão das celas. Existe, entretanto, algumas premissas para o êxito dessa e de outras experiências de arte e cultura em presídios. É importante salientar que nenhuma ação deve tratar a pessoa privada de liberdade como beneficiária de uma política pública, mas como um parceiro. Sim, se quero pelo menos um ou uma dessas pessoas reinseridas na sociedade — e não gosto muito desse termo —, precisamos, pelo menos neste momento, vê-lo como um companheiro de jornada que, sim, cometeu uma conduta reprovável e vai pagar por ela.



Eu não sei, o Ministério da Cultura não saberia dizer quais são os livros que a penitenciária “a”, “b” ou “c” deveria receber. São eles, os homens e mulheres privados da liberdade, que sabem o que lhes interessa ler ou ver, o que lhes interessa pensar. Participar do processo de escolha, ser parceiro na consecução de um acervo, na decisão de montar ou não um grupo de teatro, de dança, de música ou de que linguagem artística for, ou até de não montar, é fundamental para ampliar as chances de êxito da experiência. Só tomando parte na escolha na decisão poderemos ter alguma chance de que eles se co-responsabilizem pelos materiais usados. Quantos colchões em que eles mesmos dormem já não foram queimados em rebeliões? É importante mencionar que essa premissa descrita anteriormente não vale a pena para a população carcerária. Destaca-se, também, a importância do que sejam atividades não obrigatórias, o lúdico, a expressão — seja escrita, oral, corporal ou visual — não pode ser imposta, há de se ter desejo de expressar. É claro que se pode fazer um trabalho de sensibilização, mas jamais de obrigação.

Fazer do tempo de reclusão, um tempo de reflexão para os próprios sentimentos e formas de ver e transitar no mundo é uma sugestão para humanizar não só a vida nos presídios, mas para abrir novas portas, outras possibilidades de vida, além dos muros da prisão. De qualquer forma, senhores e senhoras, não bastarão — estou convencida disso —, tais esforços, se não fizermos reais investimentos na reinserção dos egressos.

Aí vai um depoimento pessoal, se me permitem. Quando trabalhei no Ministério da Justiça, tive a oportunidade de conhecer o programa de reinserção de egressos daquele Ministério, que, como já mencionei anteriormente, é um programa pequeno, que acolhe pessoas em regime semi-aberto, aberto e até mesmo fechado, numa perspectiva de reinserção laboral. Acho que o GDF também tem um programa parecido. Esse trabalho acolhe essas pessoas e ensina a trabalhar, acolhe no seio, não é? E eu conheço diversos desses egressos do cárcere que já há muitos anos cumpriram suas penas e foram inseridos no mercado de trabalho, continuam alguns deles lá no Ministério do Trabalho, a Secretaria Nacional de Justiça é uma das Secretarias que mais tem egressos. E estão lá até hoje — não é? Foram plenamente reinseridos socialmente. É claro que os índices de não-reinserção de 86% são alarmantes, mas num sistema como esse não há como reinserir mais do



que 14%. É verdade. Se nós dermos oportunidade, eu acredito que poderemos reinserir muito mais do que isso.

Além disso, o Ministério da Justiça tem um pequeno projeto, que foi iniciativa de um servidor da Casa. O programa que se chama Reciclando Vidas. Todo o material, o lixo de escritório do Ministério da Justiça é reciclado por egressos, lá mesmo, próximo ao almoxarifado. Então, eles produzem agendas, blocos. Alguns deles já saíram do sistema e usaram esse aprendizado como forma de empreendedorismo, forma de ganhar dinheiro e se sustentar. Como eu falava no começo, é muito importante prepararmos o egresso para o trabalho, mas nós precisamos preparar a sociedade para recebê-los. Por que eu digo isso? Porque o projeto no Ministério da Justiça é pequeno, e ele é pequeno não porque a cúpula decisiva do Ministério queira que ele seja pequeno, mas porque há uma forte resistência dos servidores. Há uma forte resistência, e isso se encontra em toda a sociedade. Se no Ministério da Justiça, sede do Departamento Penitenciário Nacional, órgão máximo responsável por fazer a construção de uma política pública para o sistema carcerário, há resistências, imaginem no conjunto da sociedade!

Esses egressos fazem agendas, blocos e transformam o lixo e, com isso, vão transformando suas vidas. Por isso o projeto lá se chama Reciclando Vidas. O desafio do Estado, por meio do sistema carcerário, não pode e não deve operar a vingança social, mascarada de justiça. O desafio consiste em transformar vidas.

Enfim, assim, eu termino o texto que foi produzido com essa finalidade, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, para registrar que o Ministério da Cultura não está insensível nem indiferente à questão carcerária, e que nós gostaríamos de ser parceiros desta CPI, com sugestões que possam melhorar essa realidade.

E, como sugestão, nós trazemos, de pronto, a integralização, a integração de ações dos diversos setores do Governo, porque sem isso não há como combater o câncer, que é esse sistema carcerário depauperado que temos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Saudamos a chegada do nosso Presidente, Deputado Neucimar Fraga. Convidamos S.Exa. para tomar assento à mesa.



E, de imediato, passamos agora a palavra ao Dr. Gerência de Bem, Gerente de Projetos do Ministério do Esporte. S.Sa. dispõe de 15 minutos no relógio.

O SR. GERÊNCIA NELCYR DE BEM - O.k.

O Ministério do Esporte, senhores, já vem desenvolvendo um trabalho dentro das penitenciárias brasileiras desde 1997. É um programa que foi batizado com o nome de Pintando a liberdade. Mas ele, efetivamente, só tomou as dimensões de um projeto de médio porte para o Ministério a partir de 2003. Com a chegada ao Governo do Presidente Lula, houve um forte foco de utilizar programas sociais com crianças carentes para a prática desportiva. Precisávamos de uma grande gama de materiais esportivos para introduzir esses jovens de áreas de risco social, de periferias das grandes cidades brasileiras, para o fomento da prática esportiva. E esses programas, na sua concepção, são muito caros nos quesitos de aquisição de material esportivo. E, como já tínhamos um projeto embrionário que vinha funcionando dentro do Ministério, que é o Pintando, o Ministro resolveu ampliar essa atividade. Nós saímos de pouco mais de, naquela época, 6 unidades de produção e pulamos ao salto hoje, quase que gigantesco para o tamanho do nosso Ministério, 73 unidades de produção em presídios. Temos 92 unidades hoje funcionando, dentro desse programa, que é o Reinserção Social por meio da Produção de Material Esportivo, no qual há duas ações: o Pintando a Liberdade, que é dentro das penitenciárias, são as fábricas dentro das penitenciárias; e o Pintando a Cidadania, que são fábricas fora das penitenciárias, mas com a mesma consecução de funcionamento que acontece dentro das penitenciárias. Quer dizer, é um projeto que nasceu dentro das penitenciárias e que tomou a forma para fora das penitenciárias. É um conhecimento que foi gerado dentro das penitenciárias com os detentos, e nós poderíamos até colocar na sua consecução mais elementar, que é na parte de funcionamento dos maquinários, as máquinas desenvolvidas, a tecnologia da matéria-prima, com engenheiros de qualidade técnica do INMETRO participando efetivamente nesse andamento desse programa, que acabou ganhando um cunho social para fora das penitenciárias. Mas, hoje, estamos produzindo uma marca de 1,7 milhão, 1,8 milhão itens de materiais esportivos que atendem a quase que todos os nossos programas sociais — o Segundo Tempo, o Esporte e Lazer na cidade.



E temos, também, alguns materiais que tiveram uma grande importância para nós, como as bolas da International Blind Sports Association, que é uma entidade internacional que deu uma chancela para a nossa bola de Futsal, para as pessoas portadoras de deficiência visual. Hoje, em qualquer competição no mundo, só pode ser o resultado homologado se for utilizado esse equipamento brasileiro. Em contrapartida o Governo brasileiro se apresentou disponível a fazer a cessão de 2 mil bolas dessa/ano, para 108 países no mundo. E essas bolas ganharam uma dimensão internacional. Essas bolas chegavam ao Brasil, um pouco antes do programa, feitas na Espanha, a 90 dólares. Hoje, nós fazemos essa bola com uma tecnologia muito maior, muito mais eficiente, e é uma bola com maior aceitação por esses atletas em todo o mundo. Hoje, nós fazemos essas bolas por pouco mais de 6 dólares, produzidas pelos presos. E nós pagamos, dentro das penitenciárias, níveis de remuneração muito semelhantes e até superiores ao que a iniciativa privada vem pagando dentro das penitenciárias brasileiras.

Falo porque sou sabedor do que estou dizendo: estou há 10 anos no programa e tive a oportunidade de acompanhar esse processo de crescimento. E, hoje, boa parte desses internos, eles estão deixando as penitenciárias, estão se formando em cooperativas e por um problema até mesmo de discriminação, como aqui já foi dito — não é? —, em relação à condição de ex-interno, é muito difícil dizermos: *“Olha, você daria emprego para uma pessoa que foi condenada a 80 anos, 100 anos?”* É uma coisa muito complicada. E a gente assumiu um posicionamento desse na sociedade. Mas eles, por esse motivo, estão se organizando. E hoje já existem cooperativas de internos na sociedade civil brasileira que passaram pelas fileiras do Pintando a Liberdade e que hoje estão comercializando material esportivo com a informação adquirida pelo desenvolvimento do programa que foi feito pelo Ministério.

Há pouco tempo a *TV Câmara* fez uma matéria de um ex-interno que eu conheci em 1997, dentro de uma penitenciária do Paraná. É um homem que foi condenado a mais de 90 anos de reclusão e que acabou saindo da penitenciária e se tornou um instrutor do programa. Hoje ele está em Brasília e, como agente multiplicador dessas informações que ele teve, está montando uma cooperativa que



hoje está comercializando bolas esportivas. Isso quer dizer... Não que isso vá solucionar todos os problemas, mas eu acho que é uma boa iniciativa.

O que o Ministério do Esporte hoje faz poderia ser replicado, triplicado por diversos órgãos públicos ou pela própria iniciativa privada. Nós hoje fazemos, como eu falei aos senhores, mais de 1 milhão e 700 mil itens de materiais esportivos. Poderíamos fazer fraldas, poderíamos fazer cadernos, lápis; claro, sem tirar o espaço da iniciativa privada. Mas eu acho que seria um bom começo. E hoje temos esse programa implantado nos 27 Estados da Federação. Só que nós não temos isso de maneira... 2, 3, 4, 5 penitenciárias por Estado. Por quê? Porque o Ministério do Esporte... Pelos poucos recursos orçamentários e pelo tamanho do Ministério, nós chegamos a uma conclusão de que deveríamos utilizar esse programa de maneira estratégica para o funcionamento do Ministério. Nós só temos fábrica de materiais esportivos, onde, realmente, tecnicamente existe a necessidade de ter produção e abrangência de material esportivo.

Por exemplo, nós tínhamos, na Região Norte, no Acre, uma grande necessidade de fazer com que os materiais chegassem até lá, até para que se evitassem as licitações que... Logicamente, na hora em que uma licitação nacional é aberta para aquisição de material esportivo, o centro produtor é o Sul do País. Imaginem tirar essas bolas do Sul do Brasil, da iniciativa privada, e alocar no Acre sem nenhum conhecimento, sem nada. Abrimos uma fábrica na Penitenciária Luís Conde, lá no Acre. Acho que os senhores não estiveram lá. Ou estiveram? Eu não me lembro de ter visto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Não.

O SR. GERÊNIO NELCYR DE BEM - E lá nós temos uma superfábrica de bolas, que orgulha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - No Acre?

O SR. GERÊNIO NELCYR DE BEM - No Acre. E temos em outras unidades. Em São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Talvez o senhor não tenha conhecimento... Quando eu era Secretário do Município de Canoas, no Rio Grande do Sul, nós precisávamos executar redes. Essas redes de proteção das canchas no futebol de salão.



O SR. GERÊNCIO NELCYR DE BEM - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - E no Presídio de Charqueadas...

O SR. GERÊNCIO NELCYR DE BEM - Temos lá uma fábrica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - ...no Rio Grande do Sul, nós compramos a linha, enviamos ao presídio lá, e os presos fabricavam essas redes todas aí. A própria iniciativa privada manda lá para o pessoal... compra a linha, manda e, depois, paga a confecção.

O SR. GERÊNCIO NELCYR DE BEM - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Talvez pudesse ser ampliada essa...

O SR. GERÊNCIO NELCYR DE BEM - Eu tenho um bom exemplo, até na mesma linha que o senhor acabou de colocar. Certa vez, também em 1997, em virtude da implantação do programa... Eu sou um funcionário administrativo do Ministério. Não tinha conhecimento de como se fazer um material esportivo. A gente teve que se capacitar, se informar, fazer visita em fábricas, conversar com pessoas, com empresários, com as pessoas que desenvolviam o segmento, e conversar com os internos também, não é? Porque isso é todo um aparato de informações para que a gente possa chegar a um resultado aceitável, porque já se errou muito nesse programa. Hoje, a gente já... Se tiver que implantar uma fábrica de material esportivo, a gente sabe que os erros vão ser mínimos, porque outras pessoas já cometeram esses erros. E eu conheci um rapaz chamado Guido, numa penitenciária no Paraná, e ele foi condenado a 17 anos por tráfico de drogas. E esse rapaz era um rapaz simples. Fez realmente o tráfico por uma questão de falta de oportunidade. É claro que um erro não justifica o outro. Mas, enfim, ele queria uma oportunidade. E era um exímio costurador de redes. Uma habilidade sensacional! Um negócio assim... Ele desenha uma rede com os olhos fechados. E aí eu o trouxe para o programa como instrutor. Ele foi para Belo Horizonte; ele e a esposa, sozinhos. Não tinham dinheiro nem para alimentação. Nós pagamos muito bem ao instrutor. Hoje um instrutor ganha em torno de 1.600 reais para manter esse processo de instrução dentro das penitenciárias. São todos eles internos, porque a gente precisa de um agente do meio, que fale a mesma linguagem dos internos. Não há como eu tirar um



técnico, hoje, de uma grande multinacional de material esportivo e levar para dentro de uma penitenciária. Ele vai no primeiro dia — isso é experiência pessoal, senhores. Ele não volta na semana seguinte. Você tem que criar meios para que...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. GERÊNCIO NELCYR DE BEM - Exatamente. Você tem que criar meios ali para que a gente possa multiplicar esses conhecimentos. E eu levei esse rapaz para lá. Alguns anos se passaram, quase que 10 anos se passaram, e hoje ele é o presidente e o chefe da cooperativa de artesanato de Minas Gerais, que faz confecção de redes esportivas. Ele tem 1.280 pontos de venda de redes esportivas em Minas Gerais. Setenta por cento dos seus costuradores são ex-internos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Certamente não está traficando mais.

O SR. GERÊNCIO NELCYR DE BEM - Com toda certeza. Quer dizer, são pequenos exemplos que deram certo. E a gente, hoje, faz — não é só bola — redes, camisetas, sacolas, agasalhos, mesas de tênis de mesa, tabelas de basquetebol. Hoje nós temos tabelas de basquetebol feitas na penitenciária, em Goiânia, na base brasileira da Antártica para os militares brasileiros fazerem educação física. Nossos materiais já foram para o Haiti. Eu mesmo, dentro de um blindado, no Haiti, distribuindo bolas. Foi uma convulsão no país. Foi muito bonito. Contribui para a ação do país. Temos uma fábrica, na mesma concepção que nós temos hoje nos presídios brasileiros, em Angola. Quer dizer, são experiências positivas. Mas isso poderia ser triplicado, replicado por diversos órgãos, diversos segmentos da sociedade. É mais ou menos isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Muito obrigado, Gerêncio.

Eu acho que é exatamente esse tipo de exemplo que nós temos que tomar por modelo. Realmente o Programa Pintando a Liberdade, do Ministério dos Esportes, é um programa que merece elogios. Eu mesmo, como Deputado, já tive a oportunidade de usar do programa para... Eu não sei se no Rio Grande do Sul tem alguma unidade de produção...

O SR. GERÊNCIO NELCYR DE BEM - Charqueadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Lá em Charqueadas?



O SR. GERÊNCIO NELCYR DE BEM - Sim, Deputado. Inclusive eu queria deixar bem claro, para que não houvesse interpretações, assim, não corretas. O nosso programa não tem, em nenhum momento, a intenção de competir com o mercado privado de material esportivo. É um mercado esportivo apropriado para a iniciação esportiva. São materiais que são feitos para o primeiro contato do jovem brasileiro com a modalidade. Quer dizer, não existem nem uniformes de competição. A gente não confecciona camisetas de time de futebol. São uniformes sociais, dos programas do Ministério. Não há a menor intenção de competir com as fábricas que hoje produzem material esportivo no Brasil. Até porque o processo produtivo dessas fábricas privadas, hoje, é completamente diferente do que a gente faz. O nosso trabalho é quase que semi-artesanal. Existem maquinários que foram desenvolvidos pela própria equipe do Ministério para podermos chegar a esse resultado. E na iniciativa privada existem maquinários automatizados, as bolas são matrizadas, são completamente diferentes do que a gente faz. São bolas de alto rendimento, de alta *performance*. As nossas bolas não são para jogar no Maracanã, no Mineirinho. São bolas para a garotada, nas periferias das grandes cidades, ter uma ocupação. É mais ou menos isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Está bem. E, exatamente dentro desse espírito, talvez o Ministério da Educação, por exemplo, pudesse realmente produzir cadernos, pudesse produzir material escolar...

O SR. GERÊNCIO NELCYR DE BEM - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - ...não é? O Ministério da Cultura. É dentro dessa linha que queremos incentivar. É esse o espírito para recomendarmos o trabalho.

O SR. GERÊNCIO NELCYR DE BEM - Não grandes materiais. Fraldas descartáveis para o SUS...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Sim, exato. O Ministério da Saúde, de repente... Eu acho que cada Ministério, dentro da sua área de atuação, poderia incentivar esse tipo de coisa.

O SR. GERÊNCIO NELCYR DE BEM - Não trazer esse tipo de atividade para dentro do Ministério.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Porque de nada adianta nós, dentro dos presídios, colocarmos os presos para fazer esculturazinha, para fazer não sei o quê. São coisas que de nada desmerecem, mas talvez o Ministério da Cultura até pudesse usar esse tipo de coisa para fazer um artesanato e comercializar. Mas comercializar mesmo! Não fazer o que hoje é feito. O preso, hoje, fica matando o tempo, na realidade.

O SR. GERÊNCIO NELCYR DE BEM - É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Não é? E sai do presídio totalmente desorientado, sem uma profissão. Quer dizer, esse é o tipo de coisa que nós temos que incentivar.

O SR. GERÊNCIO NELCYR DE BEM - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Deputado Neucimar. (*Pausa.*) Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, primeiro, agradeço a contribuição de todos os expositores. Vou fazer algumas perguntas de trás para a frente, ou do último para o primeiro.

Com essa metodologia, pergunto ao Dr. Gerêncio se há alguma pressão das empresas privadas por conta dessa... Eu vou fazer várias... Se o senhor puder gravar ou anotar... O senhor demonstrou uma preocupação de que não há competição. Então, pergunto se há alguma pressão de empresas privadas nacionais ou estrangeiras por conta dessa produção feita hoje nos presídios.

Segundo, pergunto o que falta para ampliar o programa, de tal forma que atinja o maior número de internos. E, ligada a essa pergunta, eu pergunto ao senhor: quantos internos, hoje, são atendidos pelo programa? Se o senhor puder, informe onde existem cooperativas, se o Ministério tem algum estatuto delas, porque nós estamos sugerindo um projeto de lei sobre isso — cooperativas nas mais diversas atividades. Se o senhor puder... O estatuto...

Eu gostaria que o senhor especificasse — se pudesse até exaurir — quais são os produtos, hoje, na área do Ministério que são produzidos. Nós só vimos bola, e foram algumas bolas que eu não vi tão bonitinhas. Então, eu quero que o senhor especifique quais são os produtos mesmo que são feitos, se têm outros produtos que poderiam ser produzidos e que não estão... De tal forma que possamos indicar.



Se o senhor puder informar quantos trabalham nessa atividade, quantos internos, para podermos ter uma idéia do percentual, diante da população carcerária, e se esse programa é... se ele tem mercado mesmo fora. Porque a visão que eu tive, nas visitas, foi que não estava claro que os produtos feitos tinham mercado garantido. E, ligada à questão do mercado e junto às cooperativas, se o senhor tem dados de quantos presos estão envolvidos dentro do sistema e, depois que eles saíram, quantos, além desses casos específicos que o senhor falou, de Belo Horizonte, continuaram e tiveram a oportunidade de ganhar a vida com a atividade dos programas do seu Ministério.

Eu perguntaria à Dra. Cláudia... Eu ouvi falar do programa chamado Pontos de Cultura. A senhora falou em Pontos de Leitura. Eu quero que a senhora explique como é que funciona o Pontos de Cultura, em que atividades, como é que ele se dá, quais são os custos, e se ele é praticado em alguma unidade penitenciária.

E, dentro dessa questão do Pontos de Cultura — sei que não é da área da senhora —, nós constatamos muitos presos analfabetos, analfabetos tecnicamente, e outros que conseguem escrever com muita dificuldade, mas não lêem. Então, eu pergunto para a senhora se está embutida no Pontos de Leitura uma campanha de alfabetização de preso, se tem alguma articulação com o Ministério da Educação, já que a senhora falou da articulação com o Ministério da Justiça.

E pergunto ao Dr. Ezequiel se tem alguma articulação do Ministério com as Secretarias Estaduais e com entidades patronais, no sentido de ter uma integração, de tal forma que atinja o maior número de internos, porque o número que o senhor nos forneceu — 5.124 internos, em 3 anos — é muito pouco para 440 mil pessoas. E, pela estrutura do que nós temos do Estado brasileiro, de um Ministério do Trabalho, Secretaria de Trabalho em todas as Unidades Federativas, esse número é muito pequeno.

Eu pergunto ao senhor — e já faria a sugestão — se não seria oportuno o Ministério do Trabalho ter um programa específico, dirigido à população carcerária. O Governo Federal, o Governo Lula tem vários programas sociais. O Bolsa-Família atinge 11 milhões de famílias. E, nos 18 Estados que nós visitamos, eu encontrei 1 família, lá em Rio Piracicaba, em Minas Gerais, no Bolsa-Família.



Então, eu compreendo que é pouca gente, diante de 185 milhões de brasileiros. Se a Nação brasileira, por meio de todos os seus entes, e com a estrutura que tem, não der conta de 440 mil pessoas, é melhor declarar a falência, porque não vai atender os reclamos de 180 milhões de pessoas. Eu considero muito pouca gente.

Então, pergunto se não é importante ter um programa específico, se o senhor vê essa possibilidade. Se o senhor achar que tem, dê alguns indicativos, de tal forma que já possamos sugerir no relatório.

Eu fui informado de que, no Rio de Janeiro, o Conselho Nacional de Justiça fez um convênio com a Federação das Indústrias. Portanto, eu acho que é possível.

Pergunto ao senhor: o que o senhor acha de se estabelecer uma cota? Tem cota, hoje, para quase tudo no País. Por que não se estabelece uma cota, já que a Lei de Execução Penal estabelece que, em obras públicas, tem-se de obrigar, tem que haver um espaço, uma cota não só em obras públicas, mas, inclusive, nos serviços terceirizados? O Estado tem uma gama de empresas terceirizadas que prestam os mais diversos serviços para os órgãos federais e estaduais. Por que não estabelecem uma cota, principalmente para que eles, vendo a personalidade e os antecedentes das pessoas, aloquem nas atividades que não têm relação com o crime praticado?

Por último, eu queria que o doutor... Gerôncio, não é?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Por isso é que o meu nome é Domingos, que é bem popular. Gerêncio. Parece gerência, não é? Então, o senhor mostrou aqui que gerencia razoavelmente bem o programa dos esportes.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - É o seguinte: ele já falou das cooperativas. O que o senhor acha das cooperativas de trabalho no sistema? Porque, hoje, PCC, Comando Vermelho, Amigos dos Amigos, Inimigos dos Inimigos, Os Manos etc. são as organizações de que os presos participam. Por que não favorecemos as cooperativas de trabalho, para eles se associarem em algo lícito? Vimos, nas visitas, que há um desejo muito grande de os presos produzirem, mas o Estado não lhes oferece essa oportunidade. O que você acha da questão das



cooperativas de trabalho para poder tirar os presos das raias das organizações criminosas e ter uma atividade mais produtiva?

Sr. Presidente, eram essas as indagações que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu quero, primeiramente, agradecer aos expositores, parabenizá-los pela participação.

Eu quero também deixar uma pergunta para o Ministério do Trabalho. Os recursos do FAT... São vastos os recursos que o Ministério do Trabalho tem e administra. Não pode ser usado um percentual desses recursos que hoje são aplicados por meio de instituições das ONGs, no Brasil, para poder qualificar o preso dentro da unidade prisional?

O Ministério da Educação, hoje, e o Ministério da Ciência e Tecnologia, principalmente... O Ministério da Ciência e Tecnologia tem um programa chamado CVT, que são Centros Vocacionais Tecnológicos. São plantas baratas, localizadas e construídas de acordo com a mão-de-obra ofertada e demandada na região. Tem sido uma inovação nesse setor. Eu acredito que, inclusive, os CVTs podem ser uma oportunidade para a qualificação profissional dos presídios, que é uma grade nascida aqui na Casa, inclusive.

Então, queremos fazer essas 2 sugestões e essas 2 perguntas ao Ministério do Trabalho. Primeiro, saber se os recursos do FAT podem ser utilizados em um programa de qualificação profissional, quem sabe até em convênio com o Ministério da Ciência e Tecnologia, através dos CVTs. Acredito que os CVTs hoje são uma oportunidade para a qualificação profissional dentro dos presídios brasileiros. É como foi dito pelo Relator, o cidadão trabalha em uma empresa dentro do presídio, mas quando sai, está desempregado. Quais são as obrigações que as empresas que absorvem a mão-de-obra dentro do presídio têm com esse cidadão depois que ele sai da cadeia?

Então, se nós tivermos uma demanda de mão-de-obra no local e essa demanda for ofertada dentro do presídio, esse cidadão, quando sai do presídio, pode ir para a empresa que está estabelecida do lado de fora, trabalhar. Quem sabe até como se fosse quase uma regra: o cidadão trabalha, vamos aproveitar. Mas ele trabalha lá no presídio e, na hora em que sai, a empresa que está lá fora não o aceita. Aí ele fica desempregado novamente.



Então, eu queria deixar essas 2 perguntas para o representante do Ministério do Trabalho. Vamos ouvir o representante do Ministério do Trabalho, em seguida, o do Ministério da Cultura e, depois, o do Ministério do Esporte.

O SR. EZEQUIEL SOUZA DO NASCIMENTO - Primeiro respondo ao meu conterrâneo aqui, Deputado Domingos Dutra. O Ministério, em relação à articulação que ele possui já com as secretarias de trabalho estaduais... Uma parte dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalho a que se referiu o Deputado Neucimar Fraga, é... o Fundo de Amparo ao Trabalhador tem uma quantidade bastante elevada de recursos e bastante carimbada. Por exemplo, este ano nós vamos pagar algo como 16 bilhões de reais de seguro-desemprego e 6,5 bilhões de abono salarial. E o restante, que a gente usa para as políticas mais proativas — qualificação profissional é uma delas, intermediação de mão-de-obra e orientação profissional —, aí já passa a ser recursos orçamentários. Passa aqui por esta Casa, dá uma passadinha, antes, no Ministério do Planejamento, sofre alguns cortes antes de chegar na Casa. E esses recursos a gente passa, então, para as secretarias dos Estados. E as secretarias — a do Maranhão, por exemplo, é uma delas, que tem uma ação no sistema carcerário, na penitenciária —, e aí a secretaria faz as articulações lá com o setor patronal.

Já me antecipando a uma outra pergunta que foi feita, aqui, no Distrito Federal, nós estamos fazendo... a idéia é fazer um projeto-piloto que envolveria mais de mil apenados. Aqui no Distrito Federal já existe uma lei prevendo cotas de 2% de egressos do sistema penal nas empresas que prestam serviço ao Governo, que ganham licitações do Governo do Estado. A idéia era, naturalmente sabedores do problema da ausência de qualificação profissional na sociedade de um modo geral, mas nesse segmento da sociedade mais ainda, a idéia era qualificar esses... à medida que a secretaria tenha, que ela saiba qual é o prazo em que cada um deles vai sair, começarmos a qualificar no tempo necessário quando coincidir com a saída dele. E aí há uma lei distrital já obrigando as empresas que prestem algum tipo de serviço ao Governo do Estado...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor tem essa lei, para que pudesse nos remeter hoje?



O SR. EZEQUIEL SOUZA DO NASCIMENTO - Pois não, hoje ainda, Deputado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor podia só informar... O senhor falou 16 bilhões para o seguro-desemprego no ano passado e 16...

O SR. EZEQUIEL SOUZA DO NASCIMENTO - Não, este ano, previsão para 2008. Ano passado foram 14,7 bilhões.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E 16,5 bilhões de quê?

O SR. EZEQUIEL SOUZA DO NASCIMENTO - Seguro-desemprego. E 6,5 abono salarial.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Seis e meio.

O SR. EZEQUIEL SOUZA DO NASCIMENTO - É, abono salarial. Eu mando ainda hoje, Deputado, a lei. É uma lei distrital e ela já prevê cotas. A idéia, já em relação à segunda pergunta, era que um modelo, um projeto-piloto como este aí servisse para criar uma metodologia que nos permitisse, respeitadas as peculiaridades de cada lugar, tentar levar para os demais Estados e ampliar esse número que, efetivamente, é muito pouco. É bom lembrar que todas as ações do Ministério de trabalho, de qualificação profissional, elas têm uma meta de inserção no mercado formal de trabalho. Então, para o Ministério, provavelmente, dentro das suas prerrogativas, era a qualificação de presidiários que estejam saindo, porque mais na frente nós seremos cobrados pelos organismos de controle a inserção de uma parte dele. Hoje a meta para os Estados e Municípios é 20% e para as Organizações Não-Governamentais é 30% a meta de inserção.

Então, a idéia era ver se a gente desenvolve uma metodologia e, a partir daí, nós vamos ter que vir ao Congresso solicitar recursos que façam face a essa missão. E aí, talvez como sugestão também a esta Casa, talvez um dos papéis mais importantes que esta Comissão venha a ter, dos diversos que eu tenho certeza que ela terá, será chamar a atenção do próprio Governo para a integração das suas diversas ações. Muito do que se faz aqui o outro Ministério do lado não sabe, não toma conhecimento. Então, acho que talvez este seja um dos papéis mais importantes desta Casa e desta CPI em relação a diversas ações do Governo que são adotadas para esta população, mas que são estaques.



Por exemplo, respondendo já a pergunta do Deputado Neucimar Fraga, o Ministério — e a do Deputado também Domingos Dutra —, o Fundo de Amparo ao Trabalhador tem recursos que podem ser emprestados para as cooperativas, através dos bancos, através das instituições federais de crédito, Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, BNDES. E temos recursos para fomentar o empreendedorismo, para qualificar também para o empreendedorismo. Eu tenho impressão de que, se nós conseguíssemos unir as diversas ações que o Governo já desenvolve, mas numa única direção, sob a coordenação talvez da própria Casa Civil, nós já teríamos muito o que mostrar como idéia. Certamente, as imagens que nós vimos aqui são mais poderosas do que o que quer que seja que algum dos membros aqui, do Poder Executivo, vierem falar. Mas já como idéia e como luzes no fim do túnel, como disse aqui nosso Presidente, nós já teríamos um ponto de partida para o setor, desde que as diversas ações e as diversas políticas nós conseguíssemos integrá-las e encaminhá-las numa única direção.

Em relação a um percentual, ele hoje já é... nós já temos para qualificação profissional... Hoje, o Governo Federal criou um programa para qualificação dos egressos do Bolsa Família, e nós temos o PROJOVEM, que são recursos... esses 2 aí são 2 programas com recursos carimbados. Mas o restante, não. Então, quando nós repassamos recursos para Estados e Municípios, uma das populações prioritárias — e foi uma resolução recente do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador —, uma das resoluções recentes é de considerar os apenados e os egressos do sistema penal como população prioritária na utilização dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Infelizmente, os recursos ainda estão numa quantidade muito aquém daquilo que efetivamente a situação exige.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Vamos passar, então, para a Dra. Maria Cláudia.

A SRA. MARIA CLÁUDIA CABRAL - Obrigada. O Deputado Domingos Dutra fez algumas perguntas em relação ao Pontos de Cultura, a relação com Pontos de Leitura, fazendo uma breve retrospectiva.

Bom, o Programa Pontos de Cultura, do Ministério da Cultura, ele está alicerçado em 2 premissas básicas: protagonismo e autonomia. Protagonismo esse,



inclusive, trazido pelo colega do Ministério do Esporte, quando ele diz que, para que o programa do Ministério do Esporte funcione, ele precisa que um interno seja esse capacitador, seja esse facilitador do processo. E nós entendemos que não só porque quem vem de fora não resiste ao cheiro, mas a gente acredita que é porque ele fala mesmo a linguagem, porque ele entende a dificuldade dos colegas que também estão lá encarcerados. Então, o Programa Pontos de Cultura também acredita nesse processo de protagonismo, não só para a sociedade em geral como num eventual caso de aplicarmos o modelo ao sistema carcerário.

Mas nós acreditamos também que trabalhar com essa população exige um grau de preparo especial. Por essa razão, nós iniciamos uma experiência com a Secretaria Especial de Direitos Humanos com os Pontos de Cultura nas unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei, a um para experimentarmos a experiência e a dois — experimentarmos a experiência é péssimo, mas enfim — e dois para que nós atuemos na fonte. Tentemos por meio dos Pontos de Cultura resgatar esses adolescentes, que se não atendidos, que se não sensibilizados serão clientes do sistema carcerário certamente.

Então, inicialmente o trabalho dos Pontos de Cultura na nossa programação vai ser feito no âmbito das unidades de internação de medidas socioeducativas.

Optamos pelos Pontos de Leitura. Bom, ainda respondendo ao Deputado Domingos, os Pontos de Cultura são implementados da seguinte maneira, via de regra: são identificadas e selecionadas para o edital de seleção pública, iniciativas da sociedade civil que dialoguem com qualquer que seja a linguagem de arte e cultura. Esses projetos são selecionados, neles são aportados recursos da ordem de 180 mil reais em 3 parcelas, 60 mil anualmente, mediante prestação de contas às parcelas subseqüentes.

Então, essa experiência com direitos humanos e com as unidades de internação vai ser também para nós um balão-de-ensaio de como trabalhar essa iniciativa eventualmente no sistema carcerário mais adiante. Nos Pontos de Leitura, por exemplo, aqueles que nós vamos implantar fora ainda do sistema carcerário em parceria como PRONASCI, nas áreas de violência conflagrada, nós já identificamos que nós teremos de fazer a alteração no modelo inicial de ação. Por quê? O Ponto de Leitura de uma maneira geral é selecionado e nós aportamos 20 mil reais para



que aquela iniciativa da comunidade possa crescer, e possamos comprar mais acervo, equipamento. Um bom exemplo de Ponto de Leitura é esse aqui da W3, os 17 pontos de ônibus que têm livros aí do T-Bone.

Agora, nós já identificamos que em áreas de violência conflagrada, especialmente no Rio de Janeiro, informação dada pelas próprias comunidades, aportar recurso em espécie não é bom negócio, porque o crime organizado, como está nas prisões, está também nas comunidades em que a violência atinge os seus maiores índices. E aí, as próprias comunidades, nas próprias iniciativas que nós identificamos, nos disseram: *“Não, por favor, não nos passe dinheiro. Isso vai nos causar problemas”*.

Isso é um pouco para exemplificar a delicadeza de lidar com determinados temas. Como eu disse na minha fala inicial, o Ministério da Cultura está muito sensibilizado para o tema, mas até por estar sensibilizado a gente quer errar o mínimo possível e por isso fazer esses balões-de-ensaio para ver o que funciona, o que funciona melhor, o que dialoga melhor numa perspectiva de reinserção, numa perspectiva de recuperação dessas pessoas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, na opinião da senhora, por enquanto estão inviabilizados no sistema carcerário os Pontos de Cultura. Seriam repassados recursos ou o Ministério tem uma equipe que vai lá e estimula?

A SRA. MARIA CLÁUDIA CABRAL - Não, o Ponto de Cultura, Deputado, ele não parte desse pressuposto do Estado indo à sociedade, mas a sociedade vindo ao Estado. Então, a comunidade, a organização social, ela nos demonstra por meio de seleção pública uma iniciativa que ela já tem, que ela já realiza. E aí nós identificamos e reconhecemos essa iniciativa como uma iniciativa que tem poder transformador. E nós vamos lá e então aportamos recursos. Isso não inviabiliza que venham projetos de entidades sociais que estejam já trabalhando no sistema carcerário. Agora, nós não identificamos um modelo ainda — nós estamos fazendo essa reflexão internamente, fazendo pesquisa — de iniciativas que venham de dentro do presídio. Quer dizer, quem seria essa entidade? De que forma a gente poderia repassar esse recurso? É à direção do presídio? Eu tenho lá as minhas dúvidas, e as minhas dúvidas estão muito calcadas na experiência que a gente já teve na Secretaria Nacional de Justiça. Por um lado porque, enfim, a gente não



estaria aportando recursos ao protagonismo da pessoa encarcerada, mas sim ao diretor do presídio, à instituição prisional. Então, isso merece ainda muita reflexão.

Nesse sentido, nós estamos organizando um seminário mais adiante para tratar exatamente do tema cultura e violência, e uma das mesas trata do tema da cultura dentro desse contexto do sistema prisional.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Só para esclarecer: o financiamento seria por área, ou uma entidade pode apresentar um projeto que pode conter mais de uma atividade, a música, o teatro? E essas atividades estariam cobertas por esse valor, ou esse valor é para cada atividade?

A SRA. MARIA CLÁUDIA CABRAL - Não, o valor é para o projeto como um todo. Se o projeto traz diversas possibilidades em termos de linguagem artística e cultural, cobre as diversas que foram apresentadas. O dimensionamento do projeto é feito pela entidade que o apresenta. O limite são os 60 mil reais anuais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora falou que são 180 mil por projeto?

A SRA. MARIA CLÁUDIA CABRAL - Cento e oitenta mil por projeto. Por projeto. Outra delicadeza importante de trabalhar, tanto em áreas de violência conflagrada quanto no sistema carcerário é a identificação de quem são essas entidades. Como os senhores puderam acompanhar nas visitas que fizeram e nos estudos que realizaram, há uma forte influência de organizações criminosas, como o PCC e o Comando Vermelho. Então, quem nos garante que a entidade que nos propôs um projeto não é uma entidade vinculada e comprometida com essas organizações criminosas? E aí o Estado estaria financiando atividades de solidariedade — eu gravei bem essa palavra que foi dita por um determinado preso —, financiando atividades de solidariedade com uma bandeira de uma organização criminosa. Quer dizer, seríamos usados. Então, essas são delicadezas e sutilezas com as quais o Ministério da Cultura tem tido muita atenção e muito cuidado, porque nós achamos importante a política, mas achamos que ela tem de ser feita com alguma segurança.

Por outro lado... Bom, o senhor havia me perguntado sobre os Pontos de Leitura e a eventual integração deles com algum programa do MEC. Bom, nós optamos pelo Ponto de Leitura porque é um programa cujo recurso, seja ele em *kit*,



seja ele em recurso financeiro não necessariamente é repassado em parcelas. Ele é um recurso único para acervamento. O modelo que nós estamos discutindo com o Departamento Penitenciário Nacional é um modelo em que os próprios presos possam sugerir os livros que compõem esse acervo. Isso de novo acreditando que é necessário e fundamental, para que se tenha êxito com o programa, o protagonismo deles. Eu não sei, o Ministério da Cultura não sabe, o da Justiça menos ainda o que os presos querem ler, se os presos do Maranhão querem ler a mesma coisa que os presos do Rio Grande do Sul. E é importante que o material enviado seja interessante, que eles se sintam parte da escolha, parte da decisão de modo a que aquele bem que foi transferido pelo Estado para aquele grupo tenha valor efetivo para eles, para que eles pensem duas vezes antes de destruir aquele material.

Então, nós estamos buscando uma integração, sim, com o Ministério da Educação por meio do Programa Brasil Alfabetizado, mas ainda não concluímos as nossas conversas com aquele Ministério. É muito importante a alfabetização dentro dos presídios. Nós tivemos uma experiência interessante também no Ministério da Justiça com um egresso que fazendo faculdade de Pedagogia alfabetizou os colegas na Papuda. E identificamos, sim, a questão do analfabetismo funcional. De qualquer forma, a ação de Pontos de Leitura ela está vinculada a uma outra ação do Ministério da Justiça, que é de Agentes de Leitura. São jovens selecionadas dentro das comunidades socialmente vulneráveis, capacitados, uma capacitação de 120 horas para exatamente fazerem essa intermediação, essa sensibilização para a leitura. E não seria diferente no projeto que nós estamos desenvolvendo junto com o Departamento Penitenciário Nacional.

De qualquer forma, o Ministério da Cultura gostaria de terminar essa primeira etapa, essa primeira rodada de respostas, reafirmando a importância — e reafirmando também a fala do nosso colega do Ministério do Trabalho —, a importância de que uma política para o sistema carcerário seja integral e integrada. Fabricar determinados produtos sem ter onde colocar de nada resolve, capacitar para o trabalho sem preparar a sociedade e as empresas para receber esses egressos, também pouco adianta. Enfim, e reafirmada a importância de uma ação de comunicação, ou de uma ação de sensibilização, uma ação de educação da sociedade para colaborar na ressocialização dos egressos. Obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Deputada Jusmari Oliveira queria falar. Pois não, tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. debatedores desta manhã, representante do Ministro do Trabalho, do Esporte e da Cultura. Pedi a palavra, sim, Sr. Presidente, porque esta é uma oportunidade ímpar. É claro que já foi manifestado aqui, não por consideramos que os representantes que estão aqui não tenham mérito, ao contrário, aliás alguns já conhecemos e sabemos do mérito, a exemplo de Ezequiel. Mas entendemos que os problemas do Sistema Carcerário Brasileiro precisam, acima de tudo... Acho que vamos debater aqui várias questões, vários itens, vamos dar várias sugestões, vamos ouvir várias sugestões, mas nada, nada vai acontecer se não tivermos realmente o comprometimento das autoridades brasileiras para buscar caminhos e caminhos definitivos e efetivos para melhorar a situação.

O Dr. Ezequiel colocou aqui, é claro que as imagens que estão nesse VT são bem mais fortes do que qualquer palavra e do qualquer apelo escrito, ou descrito, ou falado de qualquer um de nós, mas essas imagens não conseguem resumir o caos e o absurdo que vive a nossa população carcerária. Essas imagens elas não representam absolutamente nada perto do que vimos, do que vivemos, e do que eles vivem. E o que vimos e vivemos é nada também, é zero perto do que eles vivem, do que eles presenciam, do que eles sofrem e do que eles vão levar como seqüela para o resto da vida. Então, muito mais do que a gente discutir uma ação ou outra que um desses Ministérios possa está fazendo, possa vir a fazer, o importante é nós conclamarmos — e a minha palavra aqui vai muito mais no sentido não de perguntar, não de inquirir, nem de sugerir, mas sim de pedir a V.Sas. que têm um posto de destaque dentro de 3 Ministérios de tamanha importância para os brasileiros, e que podem ter, sim, através de suas ações, alcance dentro da população carcerária e dentro desse caos que vivem os cárceres brasileiros — para que vocês realmente usem os seus postos, voltados para encontrar soluções. O que foi colocado aqui por V.Sas., é algo que certamente não pode significar nem um pingão d'água no oceano, nem a metade do pingão; é nada, diante da situação. O que nós precisamos é que os Ministérios, através de V.Sas., tenham projetos, programas amplos e projetos específicos. Até porque é comprometimento nosso, agora, muito



além de ser Deputado, muito além de ter ido conhecer, mas sim por não poder mais, depois do que vimos, fechar os nossos olhos, e por não poder mais, depois do que sentimos... Por exemplo, o Deputado Busato colocou que por muitos dias fica nas nossas narinas o cheiro da cela. Não é por muitos dias não, Deputado, com certeza nunca mais nós deixaremos de sentir aquele cheiro.

Eu até, contando para minha mãe, eu disse o seguinte. Eu sou agricultora e numa propriedade de agricultura familiar, nós cuidamos de bois e vacas, armazenados no curral e o cheiro às vezes chega-nos agradável. Nós cuidamos de porcos no chiqueiro armazenado, porque na nossa propriedade temos, e o cheiro às vezes é forte, mas é suportável. Temos um galpão de frango onde armazenamos 40 mil frangos, e o cheiro também é suportável, às vezes a gente fecha o nariz e tal, mas é suportável. Mas o cheiro do armazenamento, que é o que existe no Brasil, armazenamento, depósito de seres humanos... Em lugares onde cabe 1 estão 100, estão 10, 12. O cheiro é insuportável, é inesquecível. E lembramos que esse cheiro nós sentimos quando entramos, depois nós saímos. Agora pense no agente carcerário que vive lá o dia todo. Não pense só no preso, não. Ele está lá pagando uma pena. E ele é tão passivo! Apesar de tudo que se coloca, ele é tão passivo que ele aceita: *“Pronto, eu pequei, eu errei, eu mereço estar aqui, agora eu quero apenas que vocês peçam que se aprecie a minha pena na Justiça”*. Ele nem pede para sair de lá. E o agente carcerário? E o diretor da penitenciária que também vive lá? Então toda essa situação é preciso que as autoridades se comprometam.

E aí, eu tenho certeza, que o Deputado Neucimar Fraga, Presidente desta Comissão, o Deputado Domingos Dutra, Relator, que nós todos Deputados, Sub-Relatores ou não, cada um diante do seu tema, todos precisamos que V.Sas. elaborem programas amplos, projetos específicos que venham ao encontro... Por exemplo, o Ministério do Trabalho pode capacitar? Pode, mas que ele capacite para as vocações, para que aquele egresso possa sair de lá e encontrar emprego. O que é feito pelo Ministério do Esporte é lindo? É. O programa Pintando a Cidadania é lindo! Na minha cidade, Feira de Santana, nós temos e é uma coisa maravilhosa, mas não resolve. O que nós encontramos de capacitação, de ocupação dos detentos, é muito mais uma terapia educacional do que uma preparação para ele sair do presídio e encontrar emprego. Confeccionar grampo de roupa, confeccionar



bola dá resultado enquanto ele está lá. Um ou 2 podem sair e se transformar em um empresário, como foi colocado aqui, um representante de uma empresa de material esportivo, mas os outros não encontrarão espaço de trabalho para fabricar bola no exterior da penitenciária. Então, vocês estão lá, o trabalho de vocês é estar nesses Ministérios, elaborem planos, elaborem projetos de atendimento. Não existe orçamento, mas vamos trabalhar juntos na elaboração do Orçamento do nosso País, do Orçamento da União, onde vocês nos apresentem os planos e projetos, e nós como Parlamentares defendamos isso, junto à Relatoria do Orçamento, junto a esta Casa. Emendas que apresentemos não resolve o problema, nossas emendas particulares não resolvem os anseios educacionais, mas podemos trabalhar dentro da própria elaboração do Orçamento, juntos, nós Deputados comprometidos, que conhecemos essa realidade e que não podemos esquecer. Podemos trabalhar junto com o Relator do Orçamento para a inclusão desses planos.

Gostaria de dizer mais: a D. Maria Cláudia Cabral falou aqui.. Nós sonhamos muito com a instalação do Ponto de Cultura nos presídios, achamos que eles seriam uma grande coisa, porque o Ponto de Leitura é importante e foi solicitado por vários presos. Presos que disseram o seguinte — aqueles que vivem dentro dos *containers* em Santa Catarina: “*Deputada, se eu tivesse pelo menos um livro para ler*”. Então, é importante o Ponto de Leitura? É. Precisamos em todos os presídios urgentemente, pelo menos isso. Mas eu acho que há possibilidade de se fazer, com um pouco de sacrifício e de atuação um pouco mais dedicada, Pontos de Cultura. Porque o que entendo do Ponto de Cultura é que ele não vai deixar o preso estático, ele é uma ação que movimenta a comunidade de detentos, e há instituições trabalhando atrás das grades que podem assumir essa questão, e instituições podem ser criadas. Acho que precisa é de uma linha de ação do Ministério, incentivando a criação de... de repente, dentre os próprios detentos saírem os líderes que podem liderar um Ponto de Cultura dentro do presídio, porque todos eles têm desejo de viver a sua cultura, de desenvolver algumas ações. Que tal — eu ou o Paulo, o nosso fotógrafo aqui —, que tal, de repente, nós vermos todos aqueles detentos cantando num coral, e de repente, lá no Pernambuco, cantando aquelas cantigas de vaquejada, cantando, recitando a sua Literatura de Cordel, que é muito importante, porque muitos que cometeram o crime a maioria das vezes é porque se afastaram das suas



raízes, e, às vezes, o crime foi cometido na revolta de não poder estar nas suas raízes e na sua cultura.

Então, fica esse apelo a V.Sa. E em relação ao Ministério do Esporte, Dr. Gerência, eu quero tirar o chapéu para o Projeto Pintando a Liberdade, Pintando a Cidadania. Mais uma vez, ele é o que vimos de positivo dentro do sistema, de bonito e de uma forma ou de outra ele é um apoio importante. Mas eu gostaria que o Ministério do Esporte tivesse linhas de ação dentro dos presídios na elaboração de eventos esportivos, da ação do esporte no dia-a-dia. Nós vimos, por exemplo, os presos se improvisando fazendo uma trave na quadra de garrafas PET emendadas uma na outra, para fazer a trave, aí bota um pedaço de cimento embaixo.

Enfim, que tal o Ministério do Esporte, além desse projeto, que é muito mais uma geração de ocupação, também elaborar projetos de campeonatos, de monitoria, de implantar monitores, quem sabe esportivos, dentro dos presídios levando a organização do futebol, do voleibol, do basquetebol? Olha, de repente, nós não vamos ter um ex-presidiário na Seleção Brasileira de Basquete, de Volei, ou mesmo de Futebol! Olha, nós fomos num presídio, que eu não lembro o nome da cidade lá em São Paulo, em que 1.800 presos eram todos, todos, 100%, jovens de 18 a 28 anos. Esses homens têm muito para dar, se eles lá dentro praticarem um esporte, com certeza vai ser diferente a vida deles. Eles podem se destacar, ou no mínimo se manterem pessoas sadias através do esporte. Então, pense num programa nesse sentido. Quem sabe um monitor de esportes em cada presídio. Aí uma hora ele chama a população carcerária para o futebol, outra hora chama para o basquetebol, outra hora chama para o voleibol, para o handebol. Olha, seria tão barato um monitor de esportes para o presídio só fazendo atividades de manhã e de tarde. Olha, já é um avanço enorme que nós vamos ter nos presídios brasileiros.

Então fica aí. E isso tudo, com certeza eu falo em nome de todos os Deputados aqui da CPI, da Cida, do Busato e de todos, vamos trabalhar para a elaboração do Orçamento garantirmos os recursos para que o ano que vem o Brasil possa dizer que está buscando a verdadeira mudança no nosso sistema prisional. "Sistema", entre aspas, porque não existe sistema, o que existe são improvisos. Improvisos num Estado, improviso no outro. Tenho certeza de que a CPI muito vai contribuir. Mas, de repente, nós mesmos aí, depois do final do ano, nem estaremos



mais aqui, muitos são candidatos a Prefeito. O Presidente mesmo vai se eleger Prefeito no Estado do Espírito Santo, e outros e outros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E a senhora também.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - O Domingos disse que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E vamos municipalizar o sistema prisional.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Vamos, e vamos trabalhar para mostrar que o Município tem que ter responsabilidade também, porque tudo que ouvimos nos Estados dos Secretários é: *"Ah! O Governo Federal não manda dinheiro"*. Parece que é uma obrigação só do Governo Federal e que as outras autoridades não têm obrigação.

Mas, olhem, debrucem-se sobre programas e projetos e vamos buscar orçamento, e tem coisas que dá para fazer com o Orçamento que vocês têm agora. Dediquem-se a isso, porque é o que o Domingos colocou aqui nessa frase: *"Hoje eles estão contidos, amanhã estarão contigo"*. E a sociedade precisa, através das ações de todos os Ministérios e de todos os Deputados, saber que o preso vai retornar à sociedade e quando ele retornar ele precisa ter condições de voltar a ser cidadão. Hoje, como eles estão, não vão voltar a ser cidadãos. O Busato colocou alguma coisa que... Ele esqueceu, por exemplo, nós encontramos presos no Ceará comendo a comida dentro de um saco plástico. Em Rondônia é colocado... a tortura é integral porque é colocado na alimentação deles salitre, segundo as autoridades lá para reduzir o apetite sexual. Seria essa a função do salitre. Em São Paulo, no Complexo Pinheiros, o preso entra e antes de ser julgado ele já vai para o calabouço. Perguntado a uma turma: *"Aqui tem tortura?"* Um levantou e disse: *"A senhora passou pelo calabouço?"* Passei. *"Então a senhora não precisa perguntar se tem tortura. Aqui nós somos torturados antes de ser julgados. Primeiro nós passamos por lá"*.

Então os horrores que existem são coisas que temos que buscar dentro da estrutura, dentro da capacitação de agentes, dentro da demonstração de que agente não é inimigo de preso e preso não é inimigo de agente. Que a pena eles já estão cumprindo em estar presos, não precisam apanhar todo dia para tentar se redimir da sua culpa. Enfim, todas essas coisas.



Mas acho que os 3 Ministérios que aqui estão representados têm muito a fazer e muito a contribuir para a gente conseguir evoluir no nosso sistema e termos um sistema penitenciário digno de recuperar, de ressocializar e de dar à sociedade a segurança que a sociedade precisa e merece de todos nós. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Obrigado, Deputada Jusmari, essa baiana arretada que tem colaborado muito conosco na CPI e viajou muitos Estados conosco. Esse relato com um misto de indignação pelo sistema penitenciário é fruto das cenas vistas nas visitas pelos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, que com certeza nos chocou muito.

Queremos passar a palavra neste momento ao Gerêncio... Gerêncio do Bem.

O SR. GERÊNCIO NELCYR DE BEM - Do Bem. Gerêncio de Bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vou colocar “do Bem”, que...

O SR. GERÊNCIO NELCYR DE BEM - Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra V.Sa.

O SR. GERÊNCIO NELCYR DE BEM - Veja bem, para responder algumas perguntas que me foram colocadas a respeito de se existe alguma ingerência de alguma empresa brasileira que faça materiais esportivos para que a gente reprima a produção ou que faça algum tipo de constrangimento ao programa, diria que de maneira nenhuma. Nunca tivemos essa atuação. Para todas as empresas de materiais esportivos, inclusive uma brasileira que é multinacional no exterior, muito pelo contrário, ela até vem nos prestar colaboração. Nunca no sentido de reprimir esse tipo de atividade. A colaboração deles é imensa. Inclusive até porque, é aquilo que coloquei no início, esse segmento que a gente trabalha ele não tem a menor chance de intervir na competição privada da produção de material esportivo hoje no País. Os nossos, entre aspas, “clientes” dos nossos materiais, possivelmente, 90% deles não têm condições de ter uma bola de uma marca multinacional que fabrica bolas no Brasil, ou mesmo uma brasileira multinacional no exterior. Os nossos materiais são para as periferias das grandes cidades, as pessoas que realmente não têm oportunidade.

Eu gostaria até de colocar uma coisa muito interessante: Todo início do ano letivo das escolas públicas brasileiras, entre janeiro, fevereiro, março, o Ministério do



Esporte faz um catálogo de todas as escolas que estão envolvidas lá na Amazônia, nas regiões fronteiriças com a Bolívia, lá na Cabeça do Cachorro, Tabatinga. Todas as escolas ali recebem bandeiras, jogos de xadrez, bolas, todos eles materiais oriundos do programa. Depois é que o Ministério passa a distribuir materiais esportivos para os programas sociais do Ministério, da pasta.

Outra pergunta: Quantos presos? Hoje, todo o nosso trabalho dentro dos presídios... a remuneração é feita por produção; não existe a remuneração fixa. Ou você trabalha e ganha; não existe você estar lá, não fazer e não ganhar. Se você fizer uma bola é uma remuneração. Uma bola hoje... o programa está operando ela em 13 reais a bola costurada, a partir de 2008. Mas se você for ver no mercado privado ela está sendo costurada a 1,20, a 0,80 centavos. Inclusive o programa nas penitenciárias aonde está o Pintando ele serve até como regulador da mão-de-obra. Acaba que para não haver aquela vontade de todo o presídio costurar bola só para o Ministério porque ganha mais, a que está na iniciativa privada, em algumas penitenciárias de São Paulo e até mesmo no Paraná, quando a gente operava com muito veemência, nós chegamos a pegar costura de bolas a 60 reais e conseguimos colocar os patamares de 1,50, 1,60. Quer dizer, isso até obriga que o empresário possa desenvolver também uma melhor política de remuneração dentro da penitenciária.

Quais os materiais que nós produzimos? Nós produzimos bolas de 10 modalidades esportivas, nós produzimos sacolas de diversas modalidades, camisetas, *shorts*, agasalhos, redes de todas as modalidades, inclusive redes de proteção, mesas de tênis de mesa; raquete; tabelas de basquete; pistas de atletismo — hoje nós estamos fazendo, com a parceria de uma empresa multinacional que faz pneus no Brasil. Ela nos dá 10 toneladas/mês de borracha, em Feira de Santana, na Bahia, como falou a nossa Deputada, e hoje produzimos pistas de atletismo também. Não essas para bater recordes. Mas são pistas a que o primeiro contato que um jovem, que gostaria de fazer atletismo no Brasil, hoje, vai ter acesso. Ao invés de ele correr na brita, no barro, na grama, ele já vai correr no material sintético. Algo muito similar ao que é feito hoje pela iniciativa privada no Brasil. E todo esse trabalho desenvolvido com equipamentos e até mesmo a atuação junto à empresa multinacional, essa de Pirelli, que é a Pirelli, que nos dá hoje 10 toneladas/mês



dessa borracha, para que a gente possa transformar isso em pistas; pistas que estão sendo colocadas lá, na Bahia. A única pista de atletismo feita de piso sintético, hoje, no Estado, é a nossa, lá, em Feira de Santana, Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Vamos ter uma em Juiz de Fora, que já está sendo colocada na universidade federal, e outra também na universidade federal lá, em Salvador. Pois bem. E podemos fazer inúmeros materiais. Um dos nossos próximos projetos é fazer com que a gente possa produzir bombas de inflar bolas, porque nós descobrimos que 90% dos materiais que chegavam ao Ministério, diziam que era problema — má qualidade da bola, etc. e tal. Não. Era a má utilização dela. Então, hoje, a gente está tentando desenvolver uma bomba de inflar, com o tamanho de um pito adequado, para que essa bomba não venha danificar esse equipamento. Inclusive até com regras de utilização. E são bombas de inflar, que nós vamos distribuir para todas as escolas brasileiras também. Aonde a gente já faz jogos de xadrez, damas. Então, é uma infinita qualidade de material esportivo.

O que a gente poderia fazer para melhorar esse trabalho? Olha, esse projeto, aqueles que conhecem o Ministério do Esporte sabem que o Ministério do Esporte é um Ministério pequeno, com uma ação muito grande junto à sociedade. A gente costuma dizer que é o Ministério das boas notícias, onde as coisas acontecem e onde a gente mexe com o sentimento do brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Menos a notícia do Paraguai. (*Risos.*)

O SR. GERÊNCIO NELCYR DE BEM - É verdade.

Mas, sim, é um Ministério pequeno, com poucos recursos, com grandes ações. O que a gente realmente precisa é fazer com que a gente possa produzir cada vez mais, divulgar esse conhecimento, porque não é só produzir. Nós estamos divulgando conhecimento, haja vista a relação aqui, que o Deputado perguntou, sobre as cooperativas. Pintando a Liberdade dentro de presídio. Não há cooperativa. A nossa atuação é direta com quem administra os presídios nos Estados. E quando não é com os Estados, agora com as penitenciárias federais, nosso relacionamento é direto com o Ministério da Justiça. Nas penitenciárias federais, a gente não tem unidade de produção. Nós produzimos *kits* de materiais e estamos levando para dentro das penitenciárias, tanto em Catanduvas como em Campo Grande, onde a



gente já começa a produzir bolas, lá dentro, com a costura... Que eles gostam de dizer lá que somos as jóias raras da Nação que lá estão. E já há produção, e existe uma ótima aceitação por eles. Todos eles, sem exceção, estão participando do programa, até como forma de terapia. E a produção não é pouca; é grande e de boa qualidade. São bolas, hoje, que o DP nacional está distribuindo. E as cooperativas, dentro dos presídios, não são utilizadas para dentro dos presídios. A nossa atuação é direta com os Estados que administram esses presídios. A questão da cooperativa é o depois, quando ele acaba a pena. Quando ele acaba a pena, ele fica vulnerável: ele não tem emprego, a sociedade não aceita ele — entende, mas não faz nada para resolver aquele problema. Quer dizer, o cidadão fica quase que sujeito à volta ao crime...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sr. Gerêncio, tem 3 minutos para concluir.

O SR. GERÊNCIO NELCYR DE BEM - O.k.

Então, esse trabalho das cooperativas, a gente procura — também não é uma atividade do Ministério — orientar essas pessoas, que após o cumprimento dessas penas e que passaram pelos canteiros do programa, possam se organizar dessa maneira. Aí, já seria uma boa forma de o Ministério do Trabalho nos auxiliar nisso, o que seria de grande valia.

No mais, era isso que eu queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Bom, nós queremos agradecer ao Sr. Gerêncio de Bem...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu gostaria só que o Dr. Ezequiel pudesse nos mandar a lei...

O SR. EZEQUIEL SOUZA DO NASCIMENTO - Já mandei já um... Já está aqui (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Já mandou, não é?

E fazer um apelo ao Ministério da Cultura que pudesse acolher o apelo da Deputada Jusmari, de que o Ministério tivesse a iniciativa para dentro dos presídios e não apenas esperar a demanda. A senhora se referiu com relação aos Pontos de Cultura. Que pudesse examinar isso, porque senão vai ficar quase impraticável,



porque hoje as organizações, mesmo de familiares, são muito poucas. E a gente entende que a cultura é muito importante nesse sistema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Bom, nós queremos agradecer ao Dr. Gerêncio, queremos agradecer ao Dr. Ezequiel, à Dra. Maria Cláudia, pelas suas participações conosco. Com certeza, nós sabemos que, para que essas ações possam ser desenvolvidas, nós vamos precisar de uma parceria entre esses Ministérios e o Ministério da Justiça, que, na verdade, seria uma ingerência desses Ministérios dentro do sistema, se não houver um convênio e uma parceria com o Ministério da Justiça, mas buscar o entendimento, através das cláusulas do convênio com o Ministério da Justiça, para proporcionar à população carcerária do Brasil o acesso à cultura, através de ações desenvolvidas pelo Ministério, e também pelo Ministério do Trabalho.

Nós já estamos fazendo uma sugestão no relatório, talvez até de uma alteração no Código de Execução Penal, para garantir a obrigatoriedade, dentro da LDB, da educação da população carcerária, que hoje fica por conta do Ministério da Justiça, que fala que não tem recurso, que fala que não tem material humano. Então, a sugestão é que os recursos destinados para a educação do ensino infantil, do ensino médio e do ensino fundamental, que esses recursos sejam também aplicados, uma parte deles, na educação da população carcerária.

E, aí, as Secretarias de Educação dos Estados, e não a Secretaria da Justiça, passariam a ter a obrigação de exercer a política educacional dentro dos presídios estaduais. Acredito que é uma forma de nós, com certeza, socializarmos a política educacional, contemplada dentro da LDB, e garantindo...

Hoje é um jogo de empurra: o Ministério da Justiça fala que não exerce a educação porque não tem professor, o professor não quer ir dentro dos presídios, porque não tem convênio para contratar professores, porque não tem verba, não tem sala de aula, mas o MEC tem recursos sobrando para investir na educação.

E poderá fazê-lo, porque boa parte, não todos, mas boa parte da população carcerária está lá porque em algum momento, quem sabe, ou eles evadiram do sistema educacional por diversos problemas, como a distância, como falta de escola, como falta, quem sabe, de incentivo educacional, e optaram pelo crime, ou então foram aliciados dentro das próprias escolas, onde os traficantes estão



atuando, hoje, no Brasil. E há muitas escolas nas quais os traficantes estão se matriculando para fazer o tráfico dentro das escolas.

Então, nós sabemos que essa obrigatoriedade... Que nós estamos estudando inclusive no relatório sugerir alteração na legislação para garantir que a responsabilidade pela educação da população carcerária passe a ser do MEC, que nos Estados podem desenvolver ações de política educacional.

Então, nós queremos agradecer ao Dr. Gerêncio, ao Dr. Ezequiel, à Dra. Maria Cláudia pela participação conosco desta audiência.

Nós vamos ter uma segunda parte desta audiência, que é o depoimento do Dr. Noronha.

Queremos agradecer ao Dr. Gerêncio, através do Ministério do Esporte, ao Dr. Ezequiel, do Ministério do Trabalho, e à Dra. Maria Cláudia, representante do Ministério da Cultura, pela participação conosco.

Muito obrigado.

Queria fazer uma ponderação? (*Pausa.*) Um minuto.

A SRA. MARIA CLÁUDIA CABRAL - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o Ministério da Cultura gostaria de deixar registrado neste evento que o Ministério não espera uma demanda do sistema carcerário. Na verdade, o Ministério opera numa lógica de análise da situação para oferecer uma alternativa, já que o modelo para a sociedade, de uma maneira geral, é de demanda espontânea. Então, nós estamos estudando uma forma de levar os pontos de cultura ao sistema carcerário e não aguardando uma demanda do sistema. Isso porque o Ministério da Cultura entende como importante, relevante e urgente a questão do sistema carcerário e a importância da cultura na ressocialização dos apenados.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Por isso que eu disse que seria importante a parceria com o Ministério da Justiça, até porque os apenados dificilmente vão ter acesso para fazer essas reivindicações ao Ministério da Cultura. Então, tem que ser uma ação espontânea de parceria entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Justiça. Seria importante que o Ministério da Cultura buscasse, dentro do Ministério da Justiça, a instância apropriada para estabelecer esse tipo de parceria.



Muito obrigado aos 3 convidados.

Vamos convidar, neste momento, o Sr. José Antônio de Noronha, ex-Diretor do Centro de Detenção Provisória de Osasco, São Paulo, para esclarecimentos acerca das circunstâncias que motivaram seu afastamento da direção daquela unidade prisional e também sobre a situação de alguns agentes que estão ameaçados de morte, inclusive de um que está dormindo dentro da prisão para não ser morto do lado de fora.

Quero convidar para tomar assento à mesa conosco o Dr. José Antônio de Noronha.

Quero solicitar ao Sr. José Antônio de Noronha que preste juramento a esta Comissão. *(Pausa prolongada.)*

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Primeiramente, quero cumprimentar as autoridades presentes, na pessoa do Presidente, Deputado Neucimar Fraga, Presidente desta digna CPI.

“Juro, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sr. José Antônio de Noronha, há quanto tempo o senhor trabalha no sistema penitenciário do Estado de São Paulo?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Há aproximadamente 16 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E há quanto tempo ficou à frente do Centro de Detenção Provisória de Osasco?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Sete anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor já foi ameaçado de morte alguma vez durante esse tempo de trabalho?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Já fui sim senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quantas vezes?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Por quem?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Fui em janeiro de 2008 e em abril de 2008, pelo crime organizado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor pode especificar qual a facção?



O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - PCC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - PCC.

Nesse período em que o senhor trabalhou como agente, o senhor chegou a gerenciar alguma rebelião? Quantas rebeliões ocorreram nesse período?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Nesses 7 anos, somente houve 1 rebelião, que foi agora, dia 11 de abril, essa que causou a minha saída da unidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Como é que foi resolvida essa rebelião?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Essa rebelião se deu da seguinte forma: houve uma tentativa de fuga, frustrada, e os detentos da unidade, dando apoio a esses presos que não conseguiram a fuga, começaram a quebrar a cadeia, quebrar as portas, tentar sair dos raios, mas não conseguiram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Para fazer a negociação dessa rebelião, foi feita alguma concessão para os rebelados?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Olha, não houve negociação. Não houve negociação porque não houve reféns, porque, no ato dessa tentativa de fuga, 4 detentos que estavam no parlatório para serem ouvidos por advogados, vendo o número menor de funcionários, que havia 2 funcionários só nesse setor, tentaram tomar os funcionários para pegar a chave para poderem sair. Esses funcionários que teriam a chave de saída da unidade. Entraram em luta corporal e não conseguiram tomar a chave. Outros funcionários que estavam retornando do almoço conseguiram entrar e tomar esses 2 funcionários daqueles 4 presos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Houve alguma vítima?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Naquele momento sim. Um funcionário levou um chute no rosto e outros murros e pontapés também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Por que depois da rebelião e dessa retomada do controle houve a demissão?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Essa rebelião ocorreu na sexta-feira. No dia da rebelião, não houve a negociação pelo seguinte: havia 2.187 presos na unidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual era a capacidade?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Sete meia oito.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sete meia oito, e tinham 2 mil cento...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Cento e oitenta e sete presos. Então, essa situação, na verdade, ocorreu porque os presos não tinham motivo para quebrar a cadeia. Na verdade, foi para causar uma transferência da maioria deles, porque nas celas onde eram para 12 presos, tinham 40, 45.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E por que houve a exoneração?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Na sexta-feira ocorreu a rebelião, na segunda-feira o Secretário me chamou, apresentou uma escuta telefônica que teria sido feita pela SAP, dando conta de que os presos do partido — porque lá, em Osasco, as 2 cadeias são tidas como estigmas de PCC —, então, eles teriam pedido ordem para quem comanda essa região para quebrar as 2 cadeias. E está escrito lá, é o termo deles: “*Subir os calça azul*”. E, conforme o Secretário, eu seria o cara que estaria ameaçado. Então, ele estaria me tirando para resguardar a minha saúde, a minha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E o senhor acha que isso é fato, é boato ou é verdade?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Olha, eu vou ser sincero. Em janeiro de 2008, realmente teve uma coisa verídica porque, à época, havia morrido um diretor, em Mauá, e eu recebi, durante aquela semana daquela morte,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Fala mais próximo do microfone, por favor.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - ... eu recebi algumas ligações de alguns diretores de unidades também amigos meus, dando conta de alguns presos que eram do referido partido, que já foi falado, havia chamado a diretoria e falado que eu seria o próximo. “*O Dr. Noronha será o próximo*”. Foram 4 unidades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Por que há essa suposta perseguição das facções ao senhor? O senhor é muito rígido? O senhor não facilita ali a convivência dos presos com os agentes, com a entrada de drogas, com a entrada de celular?



O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - A situação é a seguinte: na cadeia onde eu administro, eu gosto de colocar o diálogo primeiramente, certo? E, por esses 7 anos que eu estive lá, eu fiz algumas mudanças — vou falar aqui de conta própria, porque a coordenadoria estava sabendo o que eu estava fazendo — tanto para ajudar o funcionário, como eu fiz uma passarela de emergência para o funcionário, porque a maioria das cadeias não têm. Porque na última rebelião que teve lá, em 2002, 2001, sete presos foram degolados e ficaram quase 30 funcionários de reféns. Então, eu tento trabalhar com o funcionário, com o preso, exigindo, dando o que o preso... o direito, mas cobrando o dever do preso. Normalmente, nas cadeias, é o seguinte: tem uma ala que é de seguro e tem uma ala que é de castigo. Certo? Então, o preso que não seguir as normas, a lei, se não houver o respeito — que é primeiramente o que eu exijo lá é o respeito —, não só o respeito do preso para o funcionário, mas do funcionário para o preso, porque qualquer desrespeito vai para o castigo. Vai, é feita a sindicância e tal. Se é condenado, tira os 30 dias lá. Senão, volta para o raio. E daí, é o seguinte: eu cortei uma outra situação. Na maioria das cadeias, quem separa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E quando o agente não respeita o preso, o senhor faz o quê?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Também, é sindicância, é sindicato — é afastado e sindicato.

A alimentação do detento. Na maioria das cadeias, chega a alimentação, são liberados alguns presos de alguns raios ou de alguns pavilhões para separar essa alimentação e mandar. Então, tem aquele contato direto na galeria, que a gente chama, dos detentos. Vem 4 presos, separa ali a alimentação. Depois saem 2 presos de um raio, 2 de outro, então fica aquela conferência naquela situação. Eu cortei isso aí também. Na cadeia onde eu trabalhava, que é a CDP 1, de Osasco, o funcionário é que separa a comida, a alimentação, e manda para dentro do raio. Lá dentro do raio, o preso pega. Aí tem a opção da faxina. Eles distribuem a alimentação. A parte de lixo, antes, nas maiores cadeias, é o preso que tira o lixo da cadeia. Lá, não. É o funcionário que tira. O preso deixa naquela gaiola ali do meio e o funcionário retira. A parte de carteira também. Toda essa parte que o preso nas unidades chama de espaço foi cortada, mas não foi cortada porque eu sou o



bambambã, eu queria fazer isso por mim mesmo. Não. Mais para que o funcionário possa sair da sua casa, de manhã, dar um beijo na esposa e à tarde estar de volta. Porque tudo isso é para segurança do funcionário, para que ele possa trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor está falando uma série de normas, de procedimentos, e cada diretor adota a sua forma de trabalhar. O senhor acredita que se nós tivéssemos, no Brasil, um estatuto penitenciário para definir o que pode e o que não pode dentro dos presídios brasileiros, para que as ações dentro das unidades não sejam fruto da cabeça do diretor e sim norma de Estado, o senhor acredita que situações como essa que o senhor está passando, talvez sofrendo perseguição e ameaça de morte, assim como outros, por trabalhar com normas diferenciadas de outros presídios, poderiam ser resolvidas?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Poderiam. Vou citar uma situação, simplesmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pode falar mais perto do microfone.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Eu sou diretor de um CDP. Normalmente, se o preso dá problema em algum outro CDP, eu recebo esse preso na minha unidade. Quando esse preso chega à unidade e vê as normas que são dessa unidade, ele não aceita. Daí que eles começam a criar problemas. Então, é o seguinte: eu já sugeri algumas vezes em algumas reuniões, mas como a situação de diretoria, que a gente vai conversar oportunamente aqui, de designação, eu sugeri o seguinte: a própria coordenadoria ou a secretaria fizessem uma comissão de diretores. Vai lá em Osasco hoje. Mas não é ir lá tomar cafezinho e sair. Não! Chega lá 6 horas da manhã e vai sair a hora que plantão da noite sair. Vai ver como é que trabalha. A subportaria como é que trabalha? No papel. Põe lá o papel. A subportaria, a portaria, e vai para dentro da cadeia, até o último raio lá. Fica uma semana naquela cadeia somente anotando os pontos positivos e também os negativos. Outra semana, vai para outra unidade. São só CDPs. Depois dessas visitas, eles vão montar uma cartilha. Aqui, o diretor vai trabalhar em cima disso aqui, e aquele que não seguir está fora.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós estamos propondo na CPI a normatização, a uniformização de normas e procedimentos nos presídios brasileiros, o que pode e o que não pode dentro dos presídios. Porque a gente percebe justamente isso: alguns diretores têm uma forma de trabalhar, aí não deixam entrar alimentação; outros não deixam entrar visita íntima; outros não deixam entrar cigarro branco; mas há uns que deixam entrar tudo. Aí, o preso sai de uma unidade para outra. Chega lá e encontra uma unidade com algumas normas diferenciadas de onde veio. Já acostumou, aí acha que aquilo é fruto da cabeça do diretor. Quando há uma organização forte, como o PCC, os presos começam a se rebelar: *“Esse diretor aqui está jogando duro demais conosco. Vamos dar um jeito de tirar esse cara daqui”*. Aí, ele vai pedir o afastamento, ou vai fazer rebelião e pedir o afastamento, ou quando não consegue vai tentar tirar a vida, como é o caso do senhor.

Então, o senhor apóia essa proposta da CPI? O senhor acha que é uma proposta não só para o Estado de São Paulo, mas para todo o Brasil?

No Brasil, hoje, nós temos uma Lei de Execução Penal, que é única. Cada Estado administra do seu jeito, executa a pena do seu jeito, e cada diretor de presídio administra o presídio do seu modo. Então, nós não temos regra como norma do Estado; nós temos regra da cabeça do diretor. É um diretor que pensa diferente, age diferente, ele é tratado também de forma diferente.

Então, o senhor acredita que essa proposta da CPI pode equacionar problemas como esse que o senhor está enfrentando?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Pode. Inteiramente. Essa proposta é o seguinte: nós temos vários tipos de unidades. Unidades de semi-aberto... Mesmo nos CDPs, nós temos CDP vertical. Então, esse estudo tem de ser muito bem feito porque aquela norma que foi estipulada para um tipo de CDP, que é o que eu trabalhava em Osasco, esse já não cabe para Mauá, por exemplo, ou Diadema — estou falando de São Paulo —, porque lá é vertical. O trabalho dessas unidades é diferente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Inclusive a CPI está propondo a padronização arquitetônica dos presídios, para evitar também... Nós chegamos ao presídio central de Porto Alegre, havia 4 pavimentos de presos, 4



pavilhões na vertical. O agente tem de subir por uma escada que se houver um grupo de presos querendo fazer uma rebelião, eles ficam atrás da escada e pegam o agente. Então, a proposta nossa também é a padronização arquitetônica dos presídios brasileiros. Vão ser todos feitos na horizontal? Na horizontal.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Na horizontal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Os espaços que existem nos presídios vão ser padrão em todo o Brasil? Vão ser padrão. Porque se der o dinheiro para o Estado fazer um presídio, cada um faz do seu jeito. O arquiteto vai lá e diz: "*Tem que ser assim*". O general: "*Vai ter que ser assim*". Mas não respeitam a norma de segurança nem para o preso nem para o agente nem para o funcionário que trabalha ali. Então, para evitar... Eu acho que o certo é nós termos padronização arquitetônica. Olha, o dinheiro saiu para construir o presídio, vai ser construído desse modo. A capacidade é para 400 pessoas, para 300, para 500, mas o modelo é esse, tem que ter as áreas de aplicação de política de socialização para trabalho, para educação, biblioteca, contemplar todos os equipamentos para evitar que nós tenhamos que fazer uma norma para cada modelo de presídio, que aí também vai virar uma colcha de retalhos danada.

O senhor se sente ameaçado ou perseguido dentro da administração penitenciária do Estado de São Paulo?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - O secretário, ele me chamou e disse que me afastou para a minha própria segurança. Eu ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor está fazendo o que hoje?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Eu estou de licença-prêmio. Eles me colocaram de licença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Licença-prêmio?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Três meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor acha que foi feito esse pedido por causa de alguma facção criminosa que pediu o afastamento do senhor e foi acatado ou porque realmente estão preocupados com a vida do senhor?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Pela unidade que eu administro, que eu administrava, eu entendo, eu entendo que a facção está por trás disso aí.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor acha, então, que a facção pediu, e o Estado atendeu aí para evitar outras reações?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - É. Porque eu entendo o seguinte: eu já estou há bastante tempo trabalhando em presídios. Me afastou e colocou outro diretor lá. Esse outro diretor não vai ter... não corre risco nenhum? Não corre risco esse diretor que assumiu?

Outra situação: eu tenho 2 filhos que trabalham comigo lá na unidade. Eu fui afastado e meus 2 filhos ficaram lá. Então, a minha integridade física tem que ser resguardada, a dos meus filhos, não? Não é mais fácil o preso, o detento, a malandragem na rua fazer uma situação contra os meus filhos que estão lá até hoje?

Fiz o pedido já de transferência, vou levar para o interior novamente, porque eu sou lá do interior de São Paulo, e até agora não saiu ainda essa transferência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor hoje anda com segurança?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Não, não ando com segurança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eles deram licença-prêmio para o senhor, o senhor não anda com segurança, não tem (*ininteligível*) de vida, não tem nada?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Nada, nada. E moro lá em Osasco ainda, na mesma casa que morei desde 2002, quando eu vim para Osasco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, o senhor disse que a administração penitenciária afirmou que interceptaram uma conversa telefônica...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... em que havia uma suposta ameaça contra o senhor. E esse foi o argumento utilizado pela administração penitenciária para afastá-lo, dizendo que estava preservando a vida do senhor. Correto?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas não tomou nenhuma providência em oferecer segurança para o senhor?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Certo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não tomou nenhuma providência de oferecer segurança para sua família?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Que os seus 2 filhos continuam trabalhando na unidade prisional?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Se caso fosse verdade que a interceptação ocorrida realmente representasse uma ameaça para o senhor, o senhor achava que, além de ser afastado, por prudência, o senhor deveria receber a devida proteção do Estado?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, isso leva a crer e leva o senhor a deduzir que a sua transferência e afastamento foi feita para atender reivindicação do crime organizado dentro do presídio de São Paulo?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Relator com a palavra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. José Antônio Noronha, qual é a sua função no aparelho de segurança de São Paulo?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Eu sou agente de segurança penitenciária, classe 3.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Há quantos anos?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Aproximadamente 16 anos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu pergunto ao senhor: lá no estabelecimento em que o senhor estava tinham quantos presos?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Oscilava entre 2.200 a 2.100.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual a capacidade?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Sete meia oito.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sete meia oito. Então, havia uma superlotação 3 vezes.

O senhor sabe qual é o custo da alimentação por preso?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - A alimentação, a diária é R\$8,90 (*ininteligível*).



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A alimentação é por empresa privada?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Correto.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Algum preso trabalha naquele estabelecimento?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Nenhum. Algum preso estuda?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Nenhum. Nada fazem? Ócio. Eu perguntaria ao senhor: quais as organizações que funcionam ou que estão ativas no Estado de São Paulo, hoje, na sua opinião? Fala muito no PCC.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - As facções.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tem mais alguma?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Tem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Você podia citar os nomes?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - CRBC.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O que é CRBC?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - CRBC.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual é o significado de CRBC?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Agora, pegou.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tá. Tudo bem.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - É CRBC. É que tem... O que acontece é o seguinte: na verdade — eu não vou colocar, falar culpa, de culpa, é meio relativo —, a Lei de Execução Penal, ela pede a individualização da pena. Numa situação dessa nossa, numa unidade dessa, com esse número de preso, dá para individualizar alguma coisa? Não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Você podia só repetir o número de presos?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Sete meia oito.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não, capacidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dois, cento e oitenta e sete.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dois, cento e oitenta e sete?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - *Versus* sete meia oito?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tá.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Então, é assim. Daí, eu pergunto para o senhor aqui também, já que... Na LEP está escrito que nós, o Estado, temos que dividir unidades por facção? Não individualizar a pena, mas dividir por facção? Porque eu tenho, eu tenho... lá, onde eu trabalhava — eu trabalho ainda, porque eu sou agente penitenciário lá em Osasco, que o meu cargo está lá ainda —, então lá tem o estigma de PCC. Não entra quem não é PCC. Então, não chega ali.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, lá, todo o estabelecimento é comandado pelo PCC? Este?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quem está deixando entrar... Para nós... Só interromper. Podia deixar claro para nós aqui, Relator, que é importante nós batermos nessa tecla, é que o sistema penitenciário diz que não tem como separar a população carcerária dentro dos presídios, pelo delito que cometeu, se é reincidente ou não, porque não tem espaço. Mas tem espaço para separar preso por facção. Então, se tem espaço para separar preso por facção — PCC, Amigo dos Amigos, não sei o quê, CRBC —, por que não pode separar o preso pelo delito que cometeu? Porque a Lei de Execução Penal determina é isso, e não separar preso por facção. É o que ele está dizendo: a lei não determina separar preso por facção. Manda separar por delito. Mas as unidades dizem que não têm condição de separar por delito, porque não têm espaço. Ora, se não tem espaço para separar por delito, como tem espaço para separar por facção? E tem Estado que tem 3, 4 facções. E lá consegue a separação. Então, eu acho que a fala do diretor é mais ou menos nesse sentido. E eu queria...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - É.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu pergunto ao senhor: além lá de Osasco, há outros estabelecimentos penais onde a separação é por facção?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Há.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor poderia declinar?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Pinheiros, Pinheiros 1.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Pinheiros 1, quem comanda?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - PCC.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - PCC. Nós comprovamos lá.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Tem em Guarulhos também.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Guarulhos, PCC?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Em Guarulhos tem o CRBC, que é numa unidade, e tem PCC em 2 outras lá. Lá em Franco da Rocha, todas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - PCC?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Todas. Todas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Belém?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - As duas. Agora, no interior, logicamente que eu estou falando de CPD, depois que eles são condenados são enviados para o interior. E no interior também tem essa divisão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu pergunto para o senhor: lá, em Osasco, há algum comércio dentro do estabelecimento?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não tem comércio.

Eu pergunto ao senhor: lá, eram realizadas rifas, pelo PCC?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas o senhor tem conhecimento de que o PCC faz rifas?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Eu tenho conhecimento, sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor tem informações sobre em que atividade, fora dos presídios, o PCC faz investimentos?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - No tráfico de droga.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Só drogas?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Não. Tem outros delitos também.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tem alguma informação sobre postos de gasolina, boates...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Também.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Em que região?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Hotéis.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Hotéis?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Roubo de carga. Lá, na região nossa, de Osasco, também eu vi essa situação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor informou ao Presidente. O senhor considera que a sua transferência, seu afastamento, é por pedido ou por influência do PCC? O senhor sabe em que setores do Estado o PCC influencia e de que forma?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Porque o senhor acabou de informar que o senhor foi afastado por influência. Essa influência é uma suposição sua? Tem alguma evidência mais clara sobre isso?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - É o seguinte:... Ah, tem Itapeverica da Serra também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deixa eu só fazer uma pergunta: o diretor de um presídio em São Paulo é concursado ou é designado?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - É designado.

Itapeverica... Eu, durante 5 anos, até essa mudança dessa administração nova agora aí, eu participei do corpo de diretores que fazia... que ia para as rebeliões, o grupo de negociadores do Estado. Eu estive em unidades em que até as paredes eles tiraram, os presos derrubaram. Os diretores estão lá até agora, certo? Nessa situação do dia 11, o secretário me falou o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor é funcionário efetivo do Estado, não é isso?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Sou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Designado diretor?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Isso. Que a ordem era para quebrar as 2 cadeias de Osasco, as 2: CDP 1 e 2. Três horas da tarde, às 15h, na CDP 1 foi essa tentativa de fuga e eles quebraram a cadeia. Vocês também têm conhecimento de que, se tem uma ordem realmente para quebrar 2 cadeias, porque é uma do lado



da outra, as 2 são PCC, não quebra uma só. Isso também... A minha dúvida também está nisso aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós vamos pedir à Secretaria da Comissão que solicite à Secretaria de Assuntos Penitenciários do Estado de São Paulo a cópia degravada dessa interceptação telefônica, na íntegra, que apurou essa possibilidade da demolição da CDP 1 de Osasco...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - CDP 1 e CDP 2 de Osasco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - CDP 2. Qual foi a data?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Foi dia 11 de abril.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deste ano?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, que solicite, na íntegra, cópia dessa interceptação telefônica feita que apontava a derrubada dessas 2 cadeias e ameaça ao diretor. Vou solicitar cópia de toda a degravação feita e de toda a interceptação feita neste período de janeiro de 2008 até junho de 2008.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, antes de continuar, quero só registrar aqui no plenário a presença da Sra. Sônia Guajajara, líder indígena do Estado do Maranhão, que está aqui numa missão; do Reginaldo, que é do PT, de Imperatriz; de José Leite Piancó, também da administração da FUNAI, de Imperatriz, e do Hélio Sotero, chefe do posto da FUNAI no Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só quero fazer mais uma pergunta aqui.

O senhor tem conhecimento de outros diretores que também sofreram perseguições... Não vamos dizer perseguição. Que foram transferidos de unidades a pedido do crime organizado no Estado de São Paulo?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu queria perguntar ao depoente se o senhor tem conhecimento de que... Quantos celulares o senhor tem conhecimento de que entraram no seu estabelecimento no ano passado?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - No ano passado... Eu acredito... Eu vou chutar um número. Uns 40 celulares.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quarenta.

Drogas?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Também...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Que tipo de droga?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Maconha, cocaína.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Na sua opinião, esses objetos estranhos entraram através de quê?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Em visita e... Pode até ter sido algum funcionário também, porque nem sempre todos são honestos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tem algum funcionário lá que responde a algum processo por ter facilitado ou se omitido do seu dever de vedar a entrada desses objetos dentro da cadeia?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Tem um que está cumprindo pena. Ele estava trazendo... Na moita, ele estava trazendo celular e droga. Daí... Porque normalmente... O preso é assim: está fazendo com um. Deixou de fazer com aquele e vai fazer com outro preso, aquele preso denuncia. Daí nós esperamos... O preso até falou o dia que entra. O cara veio à noite e estava trazendo celular e drogas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Foi o preso mesmo que entregou?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Foi. Nós demos flagrante nele, foi preso, foi condenado. Está cumprindo pena.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor tem informação, tanto em Osasco ou no Estado de São Paulo, de pagamentos a servidores por parte de familiares de presos para ingresso desses objetos?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Tenho.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Inclusive visitas íntimas...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Não, para visitas...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quanto é que custa para entrar um celular?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Duzentos reais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Duzentos reais.



O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - De 200 a 500 reais. Mas essa situação eu não peguei diretamente, mas eu ouvi de familiares de preso, porque a gente atende família e eles falam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não tem aparelho de detector de metal nesses presídios não?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO NORONHA - Tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Os agentes não são submetidos a eles não?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO NORONHA - Olha, vou falar num sábado. No sábado, nós temos a média de 900 visitas, nós temos 900 mulheres, vou colocar assim. Nós temos 3 funcionárias para revistar. Normalmente, o correto é 2 funcionárias em cada boxe. Lá nós não temos. Lá temos 5 boxes e 3 funcionárias. Então, mesmo com esse detector, normalmente elas revistam, passa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu queria perguntar ao senhor... Nós andamos em 60 estabelecimentos penais e nós verificamos que há um exagero ou, posso afirmar, um esquema com alimentação. O preço, a média é de 10 reais por preço/dia. Nós encontramos no Rio de Janeiro que o Governo do Estado oferece o bandejão com uma alimentação de boa qualidade, uma variedade de produtos a 1 real, e nós encontramos comércio e esse preço. O senhor tem notícia de envolvimento de empresa, superfaturamento, propina no esquema de alimentação?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO NORONHA - Não tenho. Na nossa unidade era feito por pregão. Então, essa modalidade eu acho que é a melhor que foi inventada até hoje, porque é no escuro, ninguém sabe quem está participando e o valor é aquele real mesmo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor considera que, pela qualidade e quantidade da comida oferecida, corresponde a esse preço que o senhor falou de 10 reais?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO NORONHA - Eu acho que é 8,90, se eu não me engano.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Por último, nós temos informações de autoridades de São Paulo, então, eu te pergunto: qual é o poder do PCC hoje em São Paulo na sua opinião?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO NORONHA - Colocaria da seguinte forma:...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só uma pergunta: é maior ou menor do que maio de 2006, 2005.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO NORONHA - É maior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Hoje é maior?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO NORONHA - É maior.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Você podia citar algumas evidências?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO NORONHA - Onde — é conhecimento de todos —, onde o Estado ele deixa a desejar, o crime toma conta. E, a partir do momento em que eu coloco, eu faço a união dessa facção dentro de um mesmo presídio, então, eu também estou ajudando a crescer cada vez mais isso aí.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Você podia citar algumas evidências de que o poder do PCC hoje é maior do que antes?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO NORONHA - É o número de presídios de que eles tomam conta.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Lá em Ribeirão Preto teve uma rebelião em abril, e a CPI designou e solicitou o Deputado Jorginho Maluly que fosse ali, porque nós recebemos muitas queixas de advogados e familiares de presos. E o Deputado Jorginho Maluly lá esteve. Lá em Ribeirão Preto, qual é a facção que comanda aquele centro de detenção provisória?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO NORONHA - É o PCC.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - PCC. O senhor afirmou que o PCC continha mais forte do que antes. Nós temos uma informação que está com a CPI, e há um ponto de vista de que não se deve divulgar o PCC, porque divulgá-lo significa aumentar a sua influência entre os presídios e amedrontar a sociedade. E essa autoridade nos disse o seguinte: que há muitos policiais da ativa, há muitos ex-policiais que estão inativos que se aproveitam do pânico da sociedade para se associarem a empresas de segurança ou constituírem empresas de segurança para



oferecer à população serviços privados no lugar do Estado. O que o senhor tem a dizer sobre essa informação, sobre essa opinião, e se é verdade que há muitos policiais envolvidos com empresas de segurança?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO NORONHA - Eu acredito que sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor acredita ou o senhor tem fato concreto?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO NORONHA - Eu tenho certeza que sim. Agora, a facção criminosa, quando eu falei que ela é maior, normalmente o diretor ele atende os presos, ele conversa, ele tem que estar sabendo o dia-a-dia da unidade, certo? E normalmente os presos que vêm conversar são aqueles que se dizem pilotos, que se dizem, que estão falando em nome daquela população. Eu sei o seguinte, que eles mudaram o seu modo de agir. Antes iam, mandavam matar não sei quem, iam metralhar a polícia. Agora não. A situação deles é ganhar dinheiro. Então, aquela rifa que o senhor comentou, jogos na rua, tráfico. Então, eles estão *light*. Estão usando a cabeça. Eles não estão indo cara a cara com a polícia, com ninguém. Agora, eu penso o seguinte, que se nós escondermos essa situação, cada vez eles vão ficando maiores, porque nós temos que ver a realidade e bater de frente, aceitar a responsabilidade que é nossa, do Estado, de que existe essa facção. Vamos combatê-la. Agora, os métodos é que têm que ser muito bem estudados. Agora, enquanto estivermos unindo facções em unidades, eles continuarão a crescer.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Essa separação é determinada por quem? É pelo juiz, é pelo diretor, é pelo secretário? Quem é que define?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - O Estado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sim, mas o Estado nesse caso tem carne, pele e osso. Quem é que determina a separação dos presos por facção?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Nós temos 144 unidades. A maioria dessas unidades são PCC. Quem enviou esses presos para essas unidades e falou: "*Esta cadeia é de PCC*"? O Estado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - No Estado de São Paulo, quem é que faz a distribuição dos presos?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - As coordenadorias.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Coordenadorias. Ela é regional, regionalizada?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - É regional.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tem um coordenador?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - São Paulo, Grande São Paulo é coordenador. São 5, na região central, oeste, na região leste, se eu não me engano, são 5 coordenadorias, e lá na baixada também.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E o senhor acha que essa separação é mediante o quê? Tem ganhos?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Não, eu não vou colocar dessa forma. O preso, quando ele chega na unidade, a maioria deles... Hoje está mais aberto. O preso fala se ele é de facção ou não. Se o cara chega lá em Osasco, ele vai chegar lá e falar assim: *"Não, eu vou para a população, porque eu sou do partido"*. *"Não, esse é o primeiro delito seu, você vai para o seguro"*. *"Não, não, eu quero ir, eu sou do crime, eu vou"*. E é o primeiro delito, às vezes, do camarada. Ou, então, aquele moleque, de 18, 19, ele já quer ir lá para dentro da cadeia porque ele sabe: *"PCC, não, eu sou"*. Não é nada, às vezes, mas, a partir daquele momento que ele entrou lá, ele vai ser mesmo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor tem informação de que tipo de assistência o PCC oferece e banca para os familiares dos presos?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Oferece trabalho. Esse menino aí, 19 anos e entrou na cadeia, usando uma droga lá, que ele foi preso lá. Então, ele vai sair rapidinho. Ele já vai sair dali empregado. Ele não tem emprego, não tem nada. Vai sair empregado. Ele vai sair de lá não digo com uma carta, mas, na mente dele já, uma carta de emprego. *"De que quebrada você é?"* *"Sou lá da zona norte."* *"Então, está bom. Você vai sair, você está saindo, então, você vai trabalhar. Então, lá na zona norte, você vai procurar o irmão tal lá, e é lá que você vai começar a trabalhar"*. É assim que cresce essa situação de facção. E, aí, nem todos que entram na cadeia que estão lá em Osasco, que chegam lá em Osasco, são do PCC. Mas, a partir do momento em que tem aquela situação, sua família vem, chega lá no final de semana, a mãe vai lá visitar. O cara olha, assim, está passando fome na casa, chorando, a mãe lá e tal. Então, mandam a família cuidar deles, mandam uma cesta



básica... *"Ah, cortaram a luz lá da casa"*. Mandam pagar a luz. A partir daquele momento... Ele não era. Agora ele é, não é? Estão cuidando dele. *"Tá bom. Você vai começar"*. Ele sai para trabalhar e onde ele trabalha, no tráfico de droga, seja o que for, na rua, ele vai depositar um dinheiro para o partido. Aí é que eles angariam o dinheiro para outras coisas aí.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual é a sugestão que o senhor pode oferecer à CPI para pelo menos minorar esse problema das facções criminosas?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Olha, eu acho que não deveria ter essa individualização por facção. Vamos seguir a lei. É só seguir a lei, mais nada. Tem a Lei de Execução Penal aí para ser seguida, certo? Tem aqui, como o Presidente falou aqui, criar essa cartilha para uniformizar o trabalhos nas unidades, para um preso não vir de uma unidade B para A e ver a diferença na disciplina e querer mudar a disciplina ali. Daí quer quebrar, quer derrubar o diretor, quer matar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor tem conhecimento de envolvimento de advogados, além daqueles que a imprensa divulgou, o Wesley e outros, com as facções?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Tenho, porque, nessa situação mesmo que houve em Osasco, uma advogada que nunca tinha ido lá, quando ela chegou na portaria, até o pessoal achou estranho: 2 tatuagens e tal. Os caras, os investigadores me ligaram: *"Tem uma advogada aqui..."* *"Não, está trabalhando, não é. Tem que exercer o trabalho"*. Nesse horário, ela chamou os 4 presos, e são os 4 presos que fizeram a tentativa de fuga lá. Então, está mais do que claro que tem um envolvimento. Não é verdade.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, o depoente informou que se sente ameaçado. Pediria a V.Exa. que perguntasse a ele se está precisando de alguma proteção que a CPI possa solicitar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Maluly) - V.Exa. está se sentindo com sua integridade física e familiar ameaçada?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Olha, eu... Essa colocação foi feita pelo Secretário, quando me afastou, que estaria me afastando para garantir a minha integridade física. Porém, não acredito nessa situação, porque, como falei



anteriormente, ele me afastou, mas os meus 2 filhos continuaram trabalhando na unidade. E eu não saí de Osasco. Fiquei na mesma casa, pegando os meus filhos, saindo como os meus filhos, no mesmo. Então, se realmente houvesse esse perigo de morte, eu não estaria aqui falando nada hoje aqui, porque quando realmente eles decidem, não vai ameaçar, não, vai é matar aquele, então vai e mata mesmo. Então, é essa a ameaça. Eu não acredito, vou colocar assim, certo? Não ando com segurança, não uso colete, certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Maluly) - Quanto tempo o senhor ficou como diretor em Osasco?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Sete anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Maluly) - O senhor teve que fazer... Talvez o senhor já tenha respondido já — nós chegamos atrasados por causa do aeroporto, que estava fechado. Se já tiver respondido, Relator, V.Exa. depois me passe a resposta.

V.Exa., nesses 7 anos, teve que fazer concessões a qualquer organização para ter tranqüilidade na sua cadeia?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Não, o problema da minha saída de lá é esse o motivo, por não fazer concessões. Como eu já falei anteriormente, na maioria das cadeias, a alimentação quem separa é o preso para mandar para dentro de raio. Quem faz... tem (*ininteligível*) o jogo noutros raios. Tem aquele trânsito direto para baixo e para cima dentro da cadeia, aquele monte de presos. Na cadeia onde eu administrava, não tinha nada disso. O espaço do preso é aquele, é a cela dele e o espaço do futebol, que é aquela quadra ali. Havia uma deficiência no futebol? Havia, porque, onde era para ter 90 presos, tinha 300 por raio, certo? Então, a ocorrência, na verdade, dessa rebelião aí, foi mais por causa da superlotação. O problema maior foi a superlotação. Eles queriam transferência, e não tinha para onde ir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Maluly) - Isso no seu presídio?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - É, onde eu estava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Maluly) - O senhor disse que tem 2 filhos trabalhando lá. Qual a função deles?



O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - São agentes penitenciários, só que um trabalha no setor de sindicância de presos, e o outro, na área administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Maluly) - O senhor sente que eles estão tranquilos lá? Não tem nenhum...

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Olha, de início, quando o secretário me falou que ele estaria me... Ele falou me movimentando, que eu seria reaproveitado oportunamente. O que me constrangeu mais não foi... "Bom, ele está me movimentando, está falando que é para a minha própria segurança, eu tenho que agradecê-lo, não vou..." Até agradei. Ocorre que a minha exoneração... Eu saí lá no dia 15/4. Foi no dia 11 a rebelião. A minha exoneração saiu 35 dias depois. Eu fui conversar com o coordenador... O Secretário disse: "*Vai lá e conversa com o coordenador que ele vai ver*". Porque, se ele está me afastando para a minha própria segurança, então, a minha segurança é total. A minha segurança salarial, porque eu tenho as minhas despesas. Não. Eu fui falar com o coordenador e o coordenador falou o seguinte: "*Olha, você saiu — eu pedi licença-prêmio e férias que eu tenho —, só que é o seguinte: você pode sair, mas você vai sair como ASP, você não vai sair como diretor*". Eu disse: "*Espera aí, mas eu não estou saindo como bandido, não fiz nada errado. Estou saindo, como o Secretário disse, para a minha própria segurança. Então vocês estão, nessa situação, me punindo*". Ele, não. Essa é uma situação com o Secretário".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Maluly) - Quer dizer que hoje o senhor recebe como ASP?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Como ASP. Meu salário esse mês veio 1.500 reais, e as minhas contas são aquelas, as despesas de sempre. Porque essa licença-prêmio é da época em que trabalhei como diretor. Então, eu vejo da seguinte forma. Eu deveria, por direito, receber como diretor. Mesmo as férias. Porque, se eu estou tirando férias, é do ano em que estava diretor. Mas não aceitaram; vai sair como ASP mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Maluly) - Hoje todos os diretores são nomeados por cargo em comissão — é isso?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Isso também. Os diretores são indicados. Eu sou diretor de uma unidade. Se eu quero indicar um funcionário meu



que terminou o curso de Direito, vou lá, converso com o Governador, e ele bota o cara lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Maluly) - Tem um cursinho preparatório ou não tem? Acabou?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Não, não tem. O curso preparatório é para agente penitenciário. Mas para diretor não tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Maluly) - Pelo que sei, os que iam ocupar cargo de direção tinham que passar por um curso dentro da Secretaria.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Não, não tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Maluly) - Nos presídios de lá, o pessoal ia fazer curso.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - A minha situação lá era que eu trabalhava em Itapetininga, como coordenador da região. Essa situação em Osasco foi em 2002. Então eu estava dando aulas em Campinas para agente, nessa escolinha. *“Olha, Noronha, tem uma situação lá em Osasco, numa cadeia, que é um inferno. Nenhum diretor consegue parar lá. Já teve vários diretores e não conseguiram parar. Você não que ir para lá? Só que o seguinte: ponha na mala uma roupa para uma semana só, que diretor não para mais que uma semana lá.”* Eu falei: *“Não, doutor. Se eu for pra lá eu vou para ficar”*. Era um inferno na cadeia: tinha fuga toda semana. Era fuga por túnel, fuga por cima, que lá é muralha. Eu estou lá há 7 anos. A única rebelião que teve foi essa agora do dia 11. Mas por que não tem rebelião? qual é a situação? A situação é a seguinte: o preso, na verdade, aquele que quer tirar sua pena, ele gosta de disciplina. Todas as conversas que eu tinha, quando ia conversar com os presos, era: *“Não, doutor, fica tranquilo que a disciplina está sendo mantida, o respeito está sendo mantido”*. Para mim o que interessava era isso aí. Agora, na época, com 1.300 presos, era superlotada a cadeia. Mas hoje com 2.220 não é. Não dá para entender. Daí a quebra da cadeia, e o diretor vai embora. Tem diretor que 7 anos ficou sem nenhuma fuga. Não temos nenhuma fuga da cadeia nesses 7 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Maluly) - Quer perguntar mais?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Só a última pergunta. Na nossa diligência em São Paulo, ficou claro que há um conflito entre a Secretaria de



Administração Penitenciária e a Secretaria de Segurança. Inclusive quando se afirma que há ex-policiais se aproveitando do pânico para construir empresa. E eu entendi que isso é também fruto dessa divergência. O senhor falou que foi afastado, e, pelo que o senhor entende, por influência do PCC. Eu pergunto ao senhor: o PCC influencia mais onde? Na Secretaria de Administração Penitenciária ou na Secretaria de Segurança?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Na Secretaria de Administração Penitenciária.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor também entende que há esse conflito entre as duas Secretarias, e que isso é prejudicial ao combate?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - É prejudicial. Eu, em Osasco, tenho um excelente relacionamento. Tanto que nesse dia que teve essa rebelião, eu me dirigi ao Coordenador, solicitando que viesse o Choque, o Batalhão do Choque, para conter aquele quebra-quebra. Mas eu não fui atendido. O Coordenador me mandou o GIR, que é um pessoal da SAP que trabalha nessa contenção. Chegaram 15 componentes do GIR, e a cadeia estava com 2.187 presos quebrando tudo lá. Não tinha como conter o número; é uma questão de número.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Maluly) - Só para esclarecimento da Taquigrafia, SAP é Secretaria de Assuntos Penitenciários. GIR — Grupo de Invasão Rápida?!

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Grupo de Intervenção Rápida. Quando o Tenente-Coronel, Mendes de Osasco, veio me procurar, então eu lhe falei: *“Ah, doutor! Você vê aí, Coronel, como está... Quebraram.”* Ele falou o seguinte: *“Noronha, você quer que o Choque venha?”* Eu falei: *“Não, eu já pedi para o meu superior e não fui atendido.”* Ele falou: *“Não, Noronha. Fica tranquilo. Eu vou mandar o Choque vir aqui e eles vão entrar.”* E nesse momento já eram 18 horas, mais ou menos, e o Choque não costuma vir à noite, em cadeia, para entrar. Ele falou: *“Noronha, eu vou trazer o Choque. O Choque vai entrar e vai ajudar você aí.”* Meia hora depois, o Choque estava na cadeia, e mais uma hora depois tudo contido. Foi colocado em 2 raios, tudo feito tranqüilamente, sem tiro, sem grito, sem nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Maluly) - Relator, eu quero só deixar bem claro que foi feita uma denúncia grave aqui. O Dr. Noronha afirmou, com



todas as letras, que o PCC influencia nas decisões da Secretaria de Assuntos Penitenciários. Quero registrar, se é que já não foi feito, o nome do coordenador da sua área. Quem é o coordenador da área onde o senhor atuava? Quero deixar isso na ata aqui dos nossos trabalhos, nobre Relator.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, apesar de a CPI já estar funcionando há quase 9 meses (8 meses efetivos), este assunto é tão complexo e é tão diversificado... Porque são 26 Estados e mais o Distrito Federal. Vão ficar muitos assuntos pendentes de investigação, como, por exemplo, a denúncia feita por autoridades de alto escalão de São Paulo de que tem muitos policiais da ativa, e ex-policiais, com empresas de segurança, o que é proibido. Mas o que nós vamos fazer é recomendar, no nosso relatório, que o Ministério Público investigue, porque nós não temos mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Maluly) - Eu quero deixar claro que isso é um fato gravíssimo. E o seu relatório, nobre Deputado Dutra...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Nós vamos recomendar. Já estou anotando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Maluly) - ...tem que recomendar ao Ministério Público que tome alguma providência. Não é possível uma situação dessas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Se nós tivéssemos tempo, nós teríamos que voltar a São Paulo para ouvir esses coordenadores de área, ouvir os 2 secretários sobre o domínio do PCC, porque no Rio de Janeiro, lá, tanto o defensor público quanto o Ministério Público e o Secretário nos disseram que a separação de preso é por organização criminosa. Eu estive no Presídio Hélio Gomes: lá é só o Terceiro Comando que manda. Então, a primeira pergunta que a autoridade policial do Rio faz ao preso é qual a organização dele. Não é pela LEP. Então, a LEP lá é substituída pelo código das organizações criminosas. E isso é muito grave, infelizmente.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE NORONHA - Em São Paulo também é assim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Nós não temos tempo para ouvir o Secretário aqui, ouvir o juiz de execução penal, ouvir os promotores. Mesmo porque há uma sucessão de irresponsabilidades nesse processo. Mas, sobre a questão das



empresas, nós vamos recomendar no relatório que o Ministério Público peça, na Associação Comercial, o nome de todos os instituidores dessas organizações, porque consideramos que é muito grave a denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Maluly) - Bom, devido ao avançar do horário, eu quero agradecer a presença de todos e lamentar, Domingos — por favor, nobre Deputado —, lamentar aquilo que eu disse na primeira reunião, quando foi instalada esta CPI, que nós vamos ver o tamanho do problema que nós estamos enfrentando: que o crime está muito estruturado, virou um negócio realmente; e a sociedade de bem, ou ela se une para enfrentar ou nós vamos ver o que nós estamos vendo, que é o colapso das pessoas de bem neste País.

É onde nós devemos... Na hora em que apresentar o relatório, nós vamos ver que está claro isso, não é? Não é questão pontual, não é questão de um Estado ou de outro. Mas, infelizmente, o crime está mandando no Brasil inteiro. Então a gente só tem a lamentar. E esperamos, Dutra, que o nosso trabalho, de alguma maneira, reflita, pelo menos, em algumas ações, para se diminuir essa situação caótica que o Brasil vive e que a sociedade deve enfrentar, porque ela mesma sofre as conseqüências. Eu sou de São Paulo, sou do interior de São Paulo, do oeste, onde, só no meu município, onde eu fui Prefeito, tem 3 presídios; no entorno tem mais de 10, num raio de 30 quilômetros. Então, eu vivi na pele toda essa situação, no dia-a-dia: rebeliões, convivência com diretores... Tenho amigos diretores que são pessoas honestas, bem-intencionadas, mas que, quando chegam ao final, ficam de mãos atadas. Tentam, vão até onde dá. Depois, não têm como...

Na visita que nós fizemos a Bilac, na delegacia feminina, onde cabiam.. Era para ter apenas, se não me falha a memória, 16 meninas, mulheres; havia 94. O delegado tinha que fazer concessões, acordos. Não tinha como conviver naquele ambiente — presa dormindo sobre vaso sanitário... Então, isso é lamentável.

Então, Dutra, esperamos realmente que a gente possa... Nós já estivemos lá na Presidência, estivemos com os Ministros, com todos. Isso é uma responsabilidade do País. Todos têm a sua culpa nessa questão. Todos nós.

E a CPI veio nesse caminho. Então, obrigado pela sua presença.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, o depoente, ao responder “que sugestões”, disse assim: *cumprir a lei*. Pelo aparato jurídico que nós



temos, esta CPI poderia terminar os seus trabalhos com apenas um projeto de lei, com 2 artigos: “Art. 1º. *Cumpra-se a lei.* Art. 2º. *Prenda-se quem não cumprir a lei.*” Bastaria isso.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO NORONHA - É isso mesmo!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Bastaria isso. Porque estrutura, tem; a lei existe. Se caos existe é porque as autoridades não a cumprem. Porque se o juiz da execução penal — porque está escrito na LEP que o juiz tem que fazer as inspeções — fizesse inspeção mensal, se o promotor fizesse visita, muita coisa não aconteceria.

A LEP diz lá: o preso tem que ser separado pelos seus antecedentes. Então, não se cumpre a lei. Eu ficaria satisfeito com um projeto de lei de 2 artigos, mas, infelizmente, a coisa não é tão simples. São muitas mãos que deveriam estar envolvidas nesse processo — juiz, promotor, defensor, governador, secretário, ministro etc. E inclusive o Congresso Nacional, que faz leis todos os dias, criando até crimes novos, mas não diz onde é que está o dinheiro para pagar a conta.

Portanto, como não é simples, nós vamos ter que apresentar sugestões, as mais variadas, para enfrentar o problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Maluly) - Bom, declaro encerrados os trabalhos e agradeço a presença de todos.

Muito obrigado.